

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

**LÍVIA SABATINI ARAÚJO**

**ANTECIPAÇÕES DE SENTIDOS DOS RUMOS DE UMA NAÇÃO: UMA  
ANÁLISE DOS DISCURSOS DE POSSE DE BOLSONARO (1º/1/2019)**

BAURU  
2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**LÍVIA SABATINI ARAÚJO**

**ANTECIPAÇÕES DE SENTIDOS DOS RUMOS DE UMA NAÇÃO: UMA  
ANÁLISE DOS DISCURSOS DE POSSE DE BOLSONARO (1º/1/2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Rosa Maria Manzoni.

BAURU  
2019

**LÍVIA SABATINI ARAÚJO**

**ANTECIPAÇÕES DE SENTIDOS DOS RUMOS DE UMA NAÇÃO: UMA  
ANÁLISE DOS DISCURSOS DE POSSE DE BOLSONARO (1º/1/2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Manzoni.

Banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Manzoni  
Faculdade de Ciências – Unesp/Bauru

Prof.<sup>a</sup> Ms. Roselaine Cristini Alves Paredes  
Professora da Rede Estadual de Ensino

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa da Silva Dias  
Faculdade de Ciências – Unesp/ Bauru

BAURU  
2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela oportunidade de retornar à Universidade para continuar minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *campus* Bauru, pela oportunidade de aprender muito com os excelentes docentes que compõem o departamento de educação e, especialmente, o curso de Pedagogia.

Agradeço, em especial, a Prof.<sup>a</sup> Rosa Maria Manzoni, pelas inúmeras horas de trabalho e parceria para que concluíssemos esta pesquisa. Agradeço-a, ainda, por todo o ensinamento, que se iniciou com suas aulas, e perpetuou nas várias horas de orientação. Minha eterna gratidão e admiração pelo trabalho impecável que realiza, que me proporcionou um grande crescimento e amadurecimento enquanto aluna, professora e ser humano. Sou imensamente agradecida por ter encontrado você nesse meu regresso à universidade. Você, professora e amiga, é admirável!

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Ms. Roselaine Cristini Alves Paredes e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa da Silva, pela disponibilidade em ler esta pesquisa e enriquecê-la com suas contribuições.

Agradeço as minhas parceiras de turma e de vida, Gabi e Nayara, pelo companheirismo, generosidade e amizade nesses anos de graduação.

Agradeço a minha mãe, meu irmão e amigos, por todo apoio de sempre, por acreditarem em mim, em minha capacidade de lidar com os desafios que aparecem no meu caminho.

Por fim, agradeço a meu esposo, Leandro, pelo apoio nos momentos em que tive dificuldade de conciliar as muitas horas de trabalho com os estudos, e pela compreensão de minha ausência nas horas em que priorizei este trabalho para que pudesse alcançar mais esta conquista.

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*

*Michel Foucault*

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise de discurso que tem como objeto discursivo os dois discursos de posse do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. A análise realizada seguiu a linha teórica de análise do discurso de origem francesa, elaborada por Michel Pêcheux e complementada pela estudiosa brasileira Eni Orlandi. Teve como objeto discursivo a falta constitutiva do conteúdo de ação política para a governança de um país, na formulação dos discursos de posse de Bolsonaro. A análise identificou os discursos que ocupam o lugar que deveria ser ocupado pelo político, que é raro no *corpus*. Por meio do processo analítico, foi possível a compreensão do funcionamento discursivo de Bolsonaro na materialidade significativa analisada, a qual tem funcionamento marcado pela ordem militar, submissão religiosa, por contradição, pelo equívoco, pela falta (incompletude) da língua e de propostas políticas substanciais para governar a nação brasileira. Na formulação dessa materialidade, Bolsonaro inscreve-se na posição-sujeito de militar e posição-sujeito de representante de Deus, cujas posições decorrem de sua identificação com as formações discursivas militar e religiosa, de onde advém as determinações histórico-ideológicas do enunciador.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Formações Imaginárias. Interdiscurso. Predicação Incompleta. Ausência de Conteúdo Político.

## ABSTRACT

The present work consists of a discourse analysis that has as object the two inaugural speeches of Brazil's President Jair Messias Bolsonaro. The analysis followed the French theoretical line developed by Michel Pêcheux and complemented by the Brazilian researcher Eni Orlandi and had as its discursive object the constitutive lack of political action content for the governance of a country, in the formulation of Bolsonaro's inauguration speeches. The analysis identified the speeches that occupy the place that should be occupied by the political, which is rare in the *corpus*. Through the analytic process, it was possible to understand the Bolsonaro's discursive functioning in the significant materiality analyzed, which has a functioning marked by the military order, religious submission, contradiction, misunderstanding, lack (incompleteness) of language and substantial political proposals to govern the Brazilian nation. In formulating of this materiality, Bolsonaro inscribes himself in the subject position of military and subject position of God's representative, whose positions derive from their identification with the military and religious discursive formations from which comes the ideological historical determinations of the enunciator.

**Keywords:** Discourse Analysis. Imaginary Formations. Interdiscourse. Incomplete Prediction. Lack of Political Content.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                          | <b>10</b> |
| <b>2. UM RECORTE DO DISPOSITIVO TEÓRICO DA AD: SOBRE ALGUMAS NOÇÕES .....</b>                                                       | <b>13</b> |
| <b>3. DISPOSITIVO METODOLÓGICO: ETAPAS DA ANÁLISE E RECORTE DISCURSIVOS .....</b>                                                   | <b>23</b> |
| 3.1 Etapas de análise e a construção do corpus discursivo .....                                                                     | 25        |
| 3.2 Organização dos recortes discursivos .....                                                                                      | 25        |
| <b>4. O FUNCIONAMENTO DO PROCESSO DISCURSIVO DE BOLSONARO EM SEUS DOIS DISCURSOS DE POSSE (1º/1/2019) .....</b>                     | <b>27</b> |
| <b>4.1 Análise do primeiro discurso de Bolsonaro.....</b>                                                                           | <b>27</b> |
| <i>Recorte 1: Formações imaginárias de Bolsonaro sobre si mesmo e sobre o outro.....</i>                                            | <i>27</i> |
| <i>Recorte 2: Discursos em relação.....</i>                                                                                         | <i>38</i> |
| <i>Recorte 3: Identidade enunciativa de Bolsonaro .....</i>                                                                         | <i>45</i> |
| <b>4.2 O funcionamento discursivo de Bolsonaro no primeiro e no segundo discursos de posse .....</b>                                | <b>54</b> |
| 4.2.1 <i>Marcas linguísticas do primeiro discurso de posse e propriedades do discurso militar e religioso .....</i>                 | <i>54</i> |
| 4.2.2 <i>Marcas linguísticas do segundo discurso de posse .....</i>                                                                 | <i>59</i> |
| <i>falta de termos integrantes da oração: complementos nominais e verbais .....</i>                                                 | <i>60</i> |
| <i>falta de dados da realidade .....</i>                                                                                            | <i>63</i> |
| <i>falta de dados de dupla origem: língua e história .....</i>                                                                      | <i>64</i> |
| <b>4.3 O processo discursivo e a formação ideológica: o jogo discursivo em relação ao interdiscurso e às posições-sujeito .....</b> | <b>65</b> |
| <b>EFEITO DE CONCLUSÃO .....</b>                                                                                                    | <b>69</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                             | <b>70</b> |
| <b>ANEXO I - primeiro discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro .....</b>                                                      | <b>73</b> |
| <b>ANEXO II - segundo discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro .....</b>                                                      | <b>76</b> |
| <b>ANEXO III - Ato Institucional número 5 (AI-5) .....</b>                                                                          | <b>78</b> |
| <b>ANEXO IV- Discurso de posse da presidência do Brasil de Dilma Rousseff (1º/1/2015).....</b>                                      | <b>82</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Desde 2015, o cenário político brasileiro atravessa momentos intensos de tensão, seguindo por caminhos agitados: calorosas manifestações públicas contra e a favor da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Em 31 de agosto de 2016, Dilma é deposta do cargo após votação favorável a essa decisão, e seu vice-presidente, Michel Temer, assume interinamente o cargo da presidência do país, o qual ocupou até 31 de dezembro de 2018. Entre as principais acusações contra o governo Dilma estão o suposto desrespeito à lei orçamentária e improbidade administrativa. Tanto o pedido quanto a decisão favorável à deposição da presidente foram alvos de opiniões contrárias, produzindo um clima de tensão geral na nação. Esse foi o segundo *impeachment* ocorrido na história do nosso país – o primeiro envolvia Fernando Collor de Mello, em 1992. Na ocasião, esse ato também inflamou os ânimos da sociedade brasileira e contou com a mobilização de várias entidades do país, tendo ganhado destaque a participação do corpo estudantil de várias universidades do nosso país.

No segundo semestre do ano de 2018, começaram, como de costume em ano de eleição, as campanhas políticas públicas. A população dividiu-se entre os candidatos; discussões e trocas de ofensas tomaram conta dos meios midiáticos e das redes sociais, divulgação de *Fake News* (expressão em inglês que, em português, significa “notícia falsa”). Durante a campanha, uma notícia que deixou esse cenário ainda mais conturbado: um atentado à vida do então presidenciável Jair Messias Bolsonaro, doravante Bolsonaro, que foi ferido à faca no abdômen durante um ato público de campanha, nas ruas de Juiz de Fora - MG. A decisão da eleição de 2018 foi confirmada em segundo turno, tendo Bolsonaro (candidato pelo Partido Social Liberal) vencido Fernando Haddad (representante do Partido dos Trabalhadores) com 55,13% dos votos válidos <sup>1</sup>.

Desde que ganhou destaque midiático, Bolsonaro ficou conhecido por suas declarações polêmicas, envolvendo negros, *gays*, prática da caça, violência e outros assuntos. Dessa forma, conseguiu apoio de muitos e repulsa de tantos outros; pessoas públicas e não-públicas manifestam, com frequência, nas redes sociais, suas opiniões sobre ele e sobre suas ações

---

<sup>1</sup> No segundo turno das eleições presidenciais do Brasil, em 2018, o candidato Fernando Haddad obteve 44,87% de votos. O Tribunal Superior Eleitoral registrou, ainda, um total de 2,14% de votos brancos e 7,43% de votos nulos.

desde os tempos da campanha presidencial, sugerindo que o povo brasileiro ocupa, agora, dois lados opostos – os que votaram nele e os que não votaram.

Durante a campanha, Bolsonaro não divulgou um plano de governo consistente, com metas e objetivos claros quanto ao tripé que sustenta a política de um país: Saúde, Educação e Segurança. Em recente declaração pública, via *Twitter*, feita em 05 de abril deste ano (2019), o agora presidente do Brasil afirmou “nasci para ser militar, não para ser presidente”. Ser presidente é ocupar um cargo político de importância extrema em uma nação e afirmações como essa geram um sentimento de insegurança em todos. Em sua posse, Bolsonaro fez dois discursos: um direcionado aos congressistas e outro ao povo brasileiro, cujo pronunciamento seguiu respectivamente essa ordem.

Diante desse atual cenário político brasileiro, o presente estudo dedica-se a realizar uma análise dos dois discursos de posse de Bolsonaro, a partir dos quais passa a ocupar o mais alto grau de hierarquia de um governo democrático. A pergunta que orientou a análise dessas materialidades foi a seguinte: Quais conteúdos e ações de natureza política foram silenciados nos discursos de posse de Bolsonaro e quais conteúdos e ações foram colocados no lugar daqueles de gestão da nação brasileira? Tendo como foco esta pergunta analítica, estabelecemos como objetivo compreender o funcionamento do processo discursivo de Bolsonaro nos seus dois discursos de posse, procurando antecipar os efeitos de sentidos a serem neles produzidos e analisar como se entrecruzam a materialidade léxico-sintática e a materialidade socio-histórica constitutiva desses dois discursos.

Esta análise seguiu o dispositivo teórico-analítico desenvolvido pelo francês Michel Pêcheux, traduzido e complementado pela brasileira Eni Orlandi. A análise aqui realizada teve como objeto discursivo a falta constitutiva do conteúdo de ação política para a governança de um país, na formulação dos discursos de posse de Bolsonaro.

Conforme apontou Pêcheux (1997), citado por Fernandes (2008), há um batimento entre teoria e interpretação. Dessa forma, entendemos ser conveniente revisitar alguns conceitos teóricos, uma vez que teoria e metodologia de análise são indissociáveis. Segundo Fernandes (2008), o objeto tomado para análise pelo analista do discurso faz com que ele recorra a conceitos ou busque esclarecimentos teóricos que sustentem sua análise. Para o autor, não se pensa em teoria sem pensar em metodologia quando se trata de análise do discurso.

Este trabalho está estruturado em três partes, exceto esta introdução e as conclusões parciais. A primeira, intitulada Um recorte do dispositivo teórico da AD: sobre algumas noções”, revisita algumas noções teóricas mobilizadas no processo analítico. A segunda

intitulada “Dispositivo metodológico: etapa da análise e recortes discursivos, descreve o dispositivo analítico da materialidade significativa”. Já a terceira parte, intitulada “O funcionamento do processo discursivo de Bolsonaro em seus dois discursos de posse” descreve o processo analítico das suas materialidades significantes.

## 2. UM RECORTE DO DISPOSITIVO TEÓRICO DA AD: SOBRE ALGUMAS NOÇÕES

Esta pesquisa está fundamentada na teoria de Análise de Discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux (1960), estudioso que é referência internacional nessa área de estudo. Essa linha francesa de análise concebe a linguagem como uma complexa manifestação, intimamente relacionada à história, ao poder, à ideologia, ao jogo de imagens dos e entre os sujeitos.

Corroborando as ideias de Pêcheux, Eni Orlandi (2009) aborda, em suas obras, os aspectos que envolvem a Análise de Discurso. A autora afirma que a AD se faz a partir de pressupostos como problematizar as maneiras de ler, levar os sujeitos a perceberem diferentes manifestações na linguagem, de modo a não se deixar levar pela transparência que os discursos aparentam; é ter clareza de que não há neutralidade nas manifestações linguísticas. Nas palavras de Orlandi (2009, p.9):

a contribuição da análise de discurso nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem.

O que a autora nos propõe é que, então, por meio de uma postura mais crítica perante os discursos, observemos os movimentos histórico-político-sociais que os compõem e, assim, possamos expandir não só nossa relação com a linguagem, mas com o mundo, com os sujeitos, com os sentidos e com a história.

Iniciemos esclarecendo que a AD não trata de língua ou de gramática. Embora isso faça parte do seu universo, a AD lida com o discurso e, conforme a própria palavra sugere, devemos tomá-lo como aquilo que ainda está em curso; há, então, a ideia de movimento. Dessa forma, procura-se compreender a língua enquanto trabalho simbólico, constitutivo do homem e da história (ORLANDI, 2009).

Ao procedermos uma análise do discurso, conforme a teoria aqui adotada, tomamos essa análise considerando o entrecruzamento de teorias diversas: o materialismo histórico-dialético, a Linguística e a Teoria do Discurso, as quais são perpassadas pela Psicanálise. Fernandes, citando Orlandi (2008, p.52), pontua que o primeiro desses aspectos deve ser compreendido como teoria das formações e transformações sociais, é através da história que observamos as condições de produção de um discurso. O segundo diz respeito aos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, são, portanto, os mecanismos

linguísticos que permitem a materialização dos discursos. O terceiro refere-se à produção dos sentidos decorrentes de fenômenos históricos. Cabe, ainda, dizer que o discurso resulta da articulação entre o linguístico e o histórico.

Segundo Orlandi (2009), a AD faz-se em um movimento que vai do interno para o externo da língua, ou seja, uma análise do discurso precisa estar em constante movimento entre a materialidade linguística, pois é ali que o discurso se ergue, e fora dela, pois não se pode distanciar-se da noção de que os sujeitos que (re)produzem discursos são marcados e atravessados por outros sujeitos e por outros discursos, de forma que esses são alimentados e constitutivos de inferências externas. Nesse sentido, Orlandi (2009) sintetiza: “a Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem é materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”. É nesse entrecruzamento que o analista do discurso trabalha.

Para lidar com a complexidade que se revela no discurso, é preciso que, no processo de análise, relacione-se essas três grandes áreas do conhecimento. Não se trata de uma relação servil, conforme esclarece Orlandi (2009), mas sim uma relação ativa inter-relacionando tais áreas de modo que se evite uma análise equivocada ou parcial do discurso, que, como já abordado acima, faz-se numa complexa teia em constante movimento.

Para entendermos melhor a relação entre língua e discurso, voltemo-nos a Pêcheux (2009) que afirma que a Linguística deve ser articulada com a teoria dos processos ideológicos e científicos e que o sistema de língua é a base comum de processos discursivos diferenciados. De acordo com Pêcheux (2009), não se deve opor língua e discurso, mas sim compreendê-los como mecanismos articulados entre si. Todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas é dotado de autonomia relativa que o submete a leis internas. É na base dessas leis internas que acontecem os processos discursivos, os quais não ocorrem ao acaso. Tampouco as escolhas linguísticas são puro fruto de atividades cognitivas do sujeito emissor, pois “todo processo discursivo se inscreve numa relação de classes” (PÊCHEUX, 2009, p.82). Ainda no dizer do autor: “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são construídas pelas relações contraditórias que as mantém, necessariamente, entre si os processos discursivos na medida em que se inscrevem as relações ideológicas de classes.” (p.82).

Orlandi (2009) aponta outro conceito importante a ser considerado em uma análise do discurso: a noção do imaginário. A concepção teórica da AD lida com a noção de que não há relação direta entre mundo e linguagem, pois, conforme já abordado aqui, o discurso é

constituído por meio de outros discursos prévios que circulam no espaço-tempo e que, por sua vez, formarão outros, num eterno *continuum* de sentidos. Entretanto, embora não haja relação direta entre discurso e mundo, funciona como se assim fosse devido ao fenômeno do imaginário, que é o que confere ao discurso o apagamento enquanto unidade cultural ou histórica, garantindo-lhe *status* de “transparência”. Apoiado nesse suposto caráter de transparência e neutralidade é que um discurso, em seu funcionamento ideológico, porta seu “conteúdo”. É tarefa da AD restituir, como diz Pêcheux (1982), a opacidade do texto ao olhar do leitor. Nesse sentido, o discurso é compreendido como produção histórica, afinal analisar um enunciado desconectado de suas condições de produção e circulação, do ponto de vista histórico, é incorrer no erro do apagamento imaginário, onde domina a ideologia.

Cabe aqui discorrer um pouco mais sobre alguns conceitos do universo da AD que foram mobilizados na análise da materialidade significativa.

## **Discurso**

De acordo com Orlandi (2009), os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentidos entre os locutores. O discurso não se esgota na noção de enunciado ou mesmo de texto, “ele é construído a partir de hipóteses históricos-sociais” (ORLANDI, 2009, p. 38); ele é a manifestação da concepção de realidade com a qual o homem se relaciona; é também onde se pode observar a relação entre língua e ideologia. Conforme Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI, 2009, p.17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

## **Condições de produção**

De acordo com Orlandi (2009), as condições de produção são constituídas pelo contexto imediato (quando entendida em sentido estrito) e pelo contexto sócio-histórico-ideológico (se entendida em sentido amplo). O primeiro contexto refere-se às condições pragmáticas da produção de um ato discursivo, aos papéis sociais dos interlocutores envolvidos no momento da enunciação e ao suporte usado para o ato discursivo. O segundo abrange as condições

históricas e ideológicas que fundamentaram o discurso, envolvendo a teia de sentidos históricos que são evocados e retomados nesse mesmo ato discursivo.

### **Interdiscurso e fenômeno do apagamento**

Para a AD de matriz francesa não há discurso independente. Ao contrário, todo discurso é, antes, resultado de uma relação com outros previamente existentes. Nessa perspectiva, o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido, enquanto o intradiscurso é a formulação da enunciação no aqui e agora do sujeito.

Pêcheux (1988) afirma que a objetividade material reside no fato que algo sempre fala antes e em outro lugar, sob a ação de um complexo de formação ideológica. Aí está o efeito de exterioridade de um discurso que um sujeito toma para si. Dessa forma, o processo de constituição de um discurso dá-se pela memória, pelo domínio do saber e por outros dizeres que o sustentam. Aqui está também o fenômeno do apagamento: o sujeito endossa e profere um discurso que ele acredita ser seu, pensa ser ele mesmo a origem daqueles dizeres. O efeito de exterioridade é o que possibilita a relação discursiva real/realidade. O fenômeno de apagamento apresenta-se sob duas formas de esquecimentos:

- Esquecimento Número 1: é o que faz com que o sujeito tenha a sensação de ser a origem daquele discurso;
- Esquecimento Número 2: produz a impressão da realidade do pensamento (cf. Pêcheux, 1975).

Essas considerações levam-nos a uma outra esfera: a da ideologia. Dado o esquecimento, a ideologia inserida em discurso torna-se efeito da relação do sujeito com a língua e com a história.

### **Ideologia e interpretação**

Ao realizarmos uma análise do discurso seguindo a proposta de Pêcheux, havemos de considerar e refletir sobre o conceito de ideologia e sua relação com o discurso. Orlandi (2009) afirma que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos; o

indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Em consonância com as ideias de Pêcheux, a autora afirma que a característica da ideologia é dissimular a sua própria existência, levando o sujeito a pensar que, em seu discurso, subjaz a sua própria subjetividade. E a evidência do sujeito no discurso, por sua vez, apaga a motivação ideológica que reside no discurso.

A ideologia é que fornece as evidências que conferem sentidos às palavras sob a forma de “transparência de linguagem” pelos mecanismos explicados acima. A evidência do sentido faz com que seja apagado seu caráter material, de forma que coloque como transparente aquilo que foi construído a partir de uma interpelação ideológica. Não se pode perder de vista o fato de que as palavras recebem seus sentidos no interior de formações discursivas e em suas relações. Da mesma forma, a evidência do sujeito apaga o fato de que ele é um indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, incorrendo no fenômeno do apagamento. E esses sentidos conferidos às palavras, Pêcheux chamou de “caráter material do sentido” das palavras e dos enunciados. Isso nos leva a refletir sobre o fato de que qualquer palavra tem seu sentido atribuído por motivação ideológica, resultado de um processo sócio-histórico e sustentada por aquele que a emprega – o que nos permite dizer que uma mesma palavra ou enunciado pode ter sentidos diversos quando em contextos diversos e proferidas por sujeitos diversos, que, por sua vez, são fruto de ideologia diversa (ORLANDI, 2009).

Essas observações contestam o suposto caráter de neutralidade dos sentidos: como pode, então, um sentido que é “evidente” se transformar de acordo com seu contexto?

*Não há sentido sem interpretação; é o que assevera Orlandi (2009).* Ao interpretar recorre-se a uma base ideológica. Esse fenômeno de interpretação do discurso tende a sugerir uma reconstrução dos sentidos como se eles fossem únicos e já estivessem dados no discurso, havendo uma tendência, segundo a autora, de naturalização da relação do histórico e do simbólico – é o que se chamou de mecanismo ideológico de apagamento da interpretação.

Pelo exposto aqui, concluímos que a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Ela é eixo articulador entre língua e história.

### **Efeitos de sentido e relações discursivas**

Segundo Orlandi (2007), o efeito de sentido não está posto em algum lugar, mas acontece nas relações entre os sujeitos por meio do jogo das múltiplas formações de sentido. Nas palavras da autora (2007, p.20):

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos e seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.

Nessa perspectiva, é na materialidade discursiva que se manifestam as relações de força e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos. Assim, o discurso é compreendido a partir do preceito de que é a ideologia que rege a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Considerado isso, ao falarmos em efeito de sentido, já precisamos antecipar que esses efeitos não são estáticos, (re)construídos nas relações entre sujeitos e nas relações entre formações discursivas e que essas relações são alimentadas pelo fenômeno do imaginário.

## **O silêncio e o silenciamento**

Orlandi (2007) dedicou-se a explorar o silêncio, ressignificando-o também como uma maneira de se expressar. Segundo a autora, há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem, uma vez que “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”; o lugar dos muitos sentidos. O silêncio, segundo ela, é o fôlego da ressignificação. E completa ao afirmar que este é:

Um lugar de recuo necessário para se possa ressignificar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. [...] O silêncio como horizonte, como iminência do sentido [...] aponta-nos que o fora da linguagem, não é o nada mas ainda sentido. (ORLANDI, 2007, p. 12)

Tudo na materialidade linguística importa ao analista discursivo, igualmente importa o silêncio, pois ele é também manifestação discursiva, e essa relação entre silêncio/linguagem é complexa. Sempre se diz algo a partir do silêncio. Segundo Orlandi (2007), o silêncio pode ser compreendido como: o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras e significa o não-dito e que dá espaço de recuo; e o silêncio constitutivo: o que indica que, para dizer uma coisa, é preciso não dizer outra coisa.

Para a autora, o silêncio como objeto de conhecimento interessa à análise do discurso e ela propõe que o pensemos não como *falta*, mas a linguagem como *excesso*. Segundo Orlandi (2007), a linguagem pode ser a figura e o silêncio, como fundo. “Ele (o silêncio) tem primazia sobre as palavras.” (2007, p. 31). Sobre o lugar do silêncio na sociedade, a autora assevera que o homem não gosta do silêncio, atribui a ele uma carga negativa, e que há uma ideologia de apagamento do silêncio que toma conta da sociedade contemporânea. Para Orlandi (2007), o silêncio não é o vazio, uma vez que, estando em silêncio, estamos em pensamento, e o não-dito também é aspecto constitutivo do discurso.

No que se refere ao silêncio fundador, Orlandi (2007) considerou que todo processo de significação traz uma relação necessária com o silêncio, é, portanto, a característica de fundamentar que tem o silêncio. A autora considera esse tipo de silêncio como indício de instância significativa, ressaltando que o silêncio que nos interessa não é o físico, mas sim o histórico, o sentido que habita o silêncio; o silêncio que é iminência do sentido. Já em relação à política do silêncio (silenciamento), a estudiosa do discurso afirma que, ao dizer algo, necessariamente, está silenciando-se outro dizer. Esse tipo de silêncio é aquele que ela chamou de *fazer dizer uma coisa para não deixar dizer uma outra*. Sobre esse segundo tipo de silêncio, Orlandi distingue duas formas de existência: o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local*. O *silêncio constitutivo* é aquele pelo qual apaga-se o sentido que se quer evitar. Ao lado deste, encontra-se o *silêncio local*, que é a interdição do dizer – por exemplo, a censura. Há, portanto, uma extensa cadeia de motivos que fazem do silêncio um aspecto que merece total atenção do analista do discurso, uma vez que ele é carregado de sentido e marca a tensão entre o dito e o não-dito e as inconsistências do discurso.

A diferença entre o *silêncio fundador* e a *política do silêncio* é que este último repousa seu significado a partir de um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto que o primeiro significa por si mesmo.

### **Paráfrase e polissemia**

A paráfrase e a polissemia são dois mecanismos que trabalham em conjunto em um discurso, cujos fenômenos consistem, de acordo com Orlandi (2009), em retomar um termo e produzir uma filiação de novos sentidos. Entretanto, sempre falamos com palavras já ditas – é nessa tensão que os sentidos se movimentam, e esse movimento acontece porque a língua está

passível de equívocos e a ideologia é um ritual com falhas e rupturas, tanto a linguagem quanto a história são produtos inacabados.

De acordo com Orlandi (2009, p. 36):

Dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. (ORLANDI, 2009, p. 36)

Por meio do mecanismo da paráfrase, o homem mantém-se em um retorno constante ao já dito, de modo que ele produza uma variedade do mesmo, isto é, há uma estrutura determinada que permite que o homem produza variados enunciados mesmo que não os tenha ouvido antes, levando-o a produzir baseado nesse mesmo mecanismo que ele já domina – princípio da produtividade. Entretanto, existe a possibilidade de o homem romper com esse processo de produção de linguagem, o que Orlandi (2009) chamou (em oposição ao termo primeiro) de *criatividade*, que seria o modo pelo qual o homem rompe com o processo de produção e demonstra uma nova forma de produzir os dizeres, gerando, assim, sentidos diferentes. A esse mecanismo a autora chama de *polissemia*.

### **Relações de força**

O conceito de relações de força diz respeito ao fato de que o lugar do qual o sujeito fala é o que constitui o seu dizer. Dessa forma, o sujeito que fala implica um peso naquilo que fala que é regido pela sua função social, isto é, seu valor social desloca-se para o seu valor discursivo. A título de exemplo, Orlandi (2009) cita que a fala do sujeito-professor tem mais valor que a do sujeito-aluno, pois a relação de força entre as duas posições de sujeito é desproporcional.

### **Antecipações e formações imaginárias**

Antecipação e formações imaginárias são dois fenômenos que se relacionam entre si e por meio dos quais um sujeito enunciatador consegue colocar-se no lugar do seu interlocutor a

partir do que ele imagina ser esse sujeito, antecipa as respostas diante daquilo que se pretende enunciar e faz as adequações que julgar adequadas.

Esse mecanismo regula a argumentação de tal forma que o sujeito dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. [...] Esse mecanismo dirige o processo de argumentação visado seus efeitos sobre o interlocutor. (ORLANDI, 2009, p. 39)

É o fenômeno de antecipação que permite uma modelação dos discursos adequando-os para as condições de recepção.

### **Relações de sentido**

As relações de sentido dizem respeito ao fato de que os sentidos não são autônomos, estão sempre relacionados a outros dizeres previamente existentes. É o que Orlandi (2009) colocou sobre as relações entre um discurso e outro, de forma que um sustenta o outro, o que permite-nos enxergar um discurso como parte de um outro mais amplo.

### **Formação discursiva**

Segundo Orlandi (2009), apesar de ser de natureza bastante polêmica, o conceito de formação discursiva é norteador ao analista do discurso, uma vez que lhe dá a oportunidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso que ele se presta a analisar. Pode ser definida como aquilo que, numa dada formação ideológica, determina o que pode e o que deve ser dito. Isso implica que as palavras não têm um sentido em si mesmas, mas que tal sentido lhe é atribuído devido ao seu contexto de produção e recepção, isto é, elas se constroem em sentido a partir das formações discursivas, e estas, por sua vez, representam, no discurso, as formações ideológicas. Esse funcionamento leva-nos a entender que os sentidos não estão nas próprias palavras, mas são determinados por aspectos ideológicos. Em outras palavras, os sentidos não estão nas palavras, mas sim na discursividade, que, por sua vez, é articulada por dizeres presentes e anteriores a ela. É tarefa do estudo do discurso explicitar a forma como língua e ideologia se relacionam no ato discursivo.

## **O sujeito e sua forma histórica**

A partir de uma abordagem ideológica, na qual o sujeito deve ser compreendido dentro de um contexto histórico e ideológico, o sujeito gramatical está relacionado ao sujeito do imaginário que, por sua vez, constitui a forma-sujeito. Dado o tratamento histórico e ideológico do sujeito, emerge o seu caráter paradoxal: ao mesmo tempo em que ele determina o que diz, é determinado pela exterioridade, pelos aspectos extralinguísticos. Assim, ele é sujeito de e assujeitado a.

Segundo Orlandi (2009), a forma-sujeito não define o sujeito enquanto entidade biopsicofisiológica, mas sim enquanto entidade histórica e está diretamente ligado à organização social à qual se insere. Desta maneira, esta varia de acordo com a época, acompanhando as transformações das relações sociais que se apresentam. A autora cita duas formas-sujeito: a da Idade Média, o sujeito-religioso, e a da sociedade atual, contemporânea, sujeito-de-direito ou sujeito-jurídico, fruto da sociedade capitalista.

## **Incompletude: movimento, deslocamento e ruptura**

Orlandi (2009) afirma que a condição da linguagem é a incompletude e que os sujeitos e sentidos funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta e do movimento – é nesse sentido que o indivíduo está sujeito à falha. Ainda segundo a autora, o interdiscurso, que sustenta o dizer, é constituído por formulações já feitas, mas esquecidas e sobre essas formulações não temos controle – motivo pelo qual acontecem os deslizes.

Orlandi (2012) assevera que o efeito metafórico que caracteriza o equívoco deve ser entendido como constitutivo do funcionamento discursivo, no qual língua e história se ligam. O equívoco, na instância do sujeito, manifesta o inconsciente; na instância da história, nos põe em contato com o funcionamento da ideologia (ORLANDI, 2012, p.82).

### 3. DISPOSITIVO METODOLÓGICO: ETAPAS DA ANÁLISE E RECORTES DISCURSIVOS

Para a construção do dispositivo metodológico-analítico, usando o fenômeno da antecipação e o da imagem do perfil de leitor deste trabalho, consideramos necessário discorrer sobre algumas noções conceituais, como: *recorte*, *enunciado* e *trajeto temático*. Tais conceitos, de acordo com Fernandes (2008), concedem sustentação teórica ao trabalho de análise e, ao mesmo tempo, possibilitam ao analista maior clareza para selecionar e organizar um *corpus* para seu trabalho.

Por **recorte** entendemos como sendo unidade discursiva fragmentos correlacionados de linguagem e um fragmento da situação discursiva, (ORLANDI, 1984 *apud* FERNANDES, 2008). Trata-se, então, da seleção de fragmentos do *corpus* para a análise. Sabe-se que quando um analista vai proceder sua análise, diante do *corpus* que construiu, ele precisa realizar recortes, selecionar pequenas partes escolhidas por relações semânticas. Entretanto, tais recortes devem ser feitos considerando a relação entre as partes e o todo.

Acerca da noção de **enunciado**, Foucault (1995) destacou que este distingue-se da frase, ato de fala, proposição, pois ele existe no plano do discurso e não está submetido a uma estruturação canônica. Além disso, **enunciado** não se trata do ato material do falar ou escrever e nem do efeito que isso produziu, mas sim diz respeito à própria operação efetuada pelo que se produziu (FOUCAULT, 1995, p.94). Orlandi (1987), ao abordar o conceito de enunciado, deixa sua contribuição, afirmando que “o enunciado não está escondido, mas não é visível” (ORLANDI 1987 *apud* FERNANDES, 2008, p. 66). O analista do discurso tem de lidar com esse caráter paradoxal e compreender que a existência do enunciado dá-se em decorrência da função enunciativa, cujas condições de produção têm de ser exploradas na análise. Fernandes (2008, p.66), em uma releitura de Foucault:

Trata-se de buscar na exterioridade de um enunciado determinado, as regras de sua aparição; a relação que mantém com o que enuncia; *aquilo a que se refere, o que é posto em jogo por ele. Afinal por que esse enunciado e não outro em seu lugar?* (FERNANDES, 2008, p.66)

O excerto corrobora a ideia de que, na AD, percebe-se que o enunciado não está subjugado à estrutura linguística, mas sim deve ser tomado a partir de uma noção discursiva que envolva a materialidade do relato. Dessa forma, o analista do discurso deve trabalhar na materialidade do objeto (discursivo, enunciativo), pois, ao recorrermos a um enunciado, deve-

se ater à sua emergência na história, às posições dos sujeitos e aos discursos que se opõem, e a outros aspectos das condições de produção – a pragmática e a histórica.

No enunciado, sempre há um sujeito, um autor ou uma instância produtora. Há sempre uma posição-sujeito ou uma função que possa ser exercida por vários sujeitos. Cabe ao analista, conforme Fernandes (2008), investigar qual é a posição-sujeito inscrita na história, lugar em que tal ato discursivo ou enunciado deve ser analisado – volta-se sempre ao encontro da materialidade linguística com a materialidade histórica. Discorremos no capítulo sobre os dispositivos teóricos que a produção de sentidos de um ato discursivo está vinculada à memória e a outros enunciados e discursos. Segundo Foucault (1995, p. 114), “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo e coexistências”.

Sintetizando a função enunciativa, apontemos, conforme Fernandes citando Foucault, função referencial do enunciado, posição-sujeito, campo associativo e materialidade linguística. Tais características levam-nos ao seguinte questionamento: Quais são os aspectos sociais, históricos e ideológicos que determinaram tal produção?

Por seu turno, Pêcheux (1997, p.53), ao discutir o conceito **enunciado** no interior da Análise do Discurso, afirma que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo [...] todo enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.”. Para esse autor, a materialidade linguística de um enunciado funciona por meio de uma rede associativa com outros enunciados, manifestando-se em diferentes registros discursivos e com estabilidade lógica variável. Tal observação leva-nos de volta à importância da materialidade histórica numa interpretação na perspectiva da Análise do Discurso, em conjunto com o imbricamento desta com a materialidade linguística do objeto de análise.

Essas considerações levam-nos a concluir que o *corpus* de análise de discurso é, então, o enunciado. Este não precisa ser extenso, seu recorte deve ser feito de acordo com para o quê se pretende direcionar o olhar do analista.

No que diz respeito ao conceito **trajeto temático**, Guilhaumou (2002 *apud* FERNANDES, 2008, p.70), afirma que “o trajeto temático aciona a memória discursiva e trabalha com deslocamentos e mutações socio-históricos e a inscrição dos sujeitos em diferentes formações discursivas”.

Dessa forma, esclarecidas essas três noções que estruturam a metodologia de análise do discurso, cabe, ainda, mais uma consideração tecida por Santos (2004). Ele dissertou que os

procedimentos da AD devem ser pensados sob duas instâncias: uma macro-instância e uma micro-instância. A primeira ocupa-se em compreender o discurso enquanto seus aspectos históricos, sociais e ideológicos. A segunda ocupa-se em apreender as regularidades, os recortes de enunciados, a analisar, por meio desses recortes das sequências linguístico-discursivas, a heterogeneidade, a polifonia, a polissemia e outros tantos aspectos da materialidade linguística sobre os quais nos ocupamos na fundamentação teórica deste estudo.

### **3.1 Etapas de análise e a construção do *corpus* discursivo**

A análise dos dois discursos de posse de Bolsonaro foi dividida em três etapas. Na primeira foram feitos recortes dessas duas materialidades significantes de acordo com o objetivo desta pesquisa; tais recortes constituem-se em sequências discursivas (SD) que foram agrupadas por temas. Em um primeiro momento, dedicou-se a verificar as concepções de Bolsonaro sobre si mesmo, sobre os governos anteriores (2003-2018), sobre povo brasileiro e sobre o que este entende por governar a República do Brasil. Em um segundo momento, transformaram-se esses levantamentos e observações da materialidade discursiva em objeto discursivo e organizaram-se tópicos que vão guiar a análise. Em um terceiro momento, fez-se uma análise ampla, partindo dos dois primeiros momentos da análise, norteadas pela inscrição ideológica imbricada no objeto discursivo. Dessa forma, temos três recortes: Formações Imaginárias de Bolsonaro sobre si e os outros; Discursos em relação e Identidade enunciativa de Bolsonaro.

### **3.2 Organização dos recortes discursivos**

Os objetos discursivos demarcados nesse processo de análise e o trajeto temático que seguimos permitiram construir o *corpus* discursivo de análise. Assim, o *corpus* foi construído com três recortes discursivos acima citados. Cada objeto discursivo subdivide-se em recortes, os quais são apresentados abaixo:

#### **Recorte 1: Formações imaginárias de Bolsonaro sobre si mesmo e sobre o outro**

**Bloco 1:** Imagem de Bolsonaro sobre si mesmo

**Bloco 2:** Imagem de Bolsonaro sobre os governos anteriores (2003-2018)

**Bloco 3:** Imagem de Bolsonaro sobre a população brasileira

**Bloco 4:** Imagem de Bolsonaro sobre o que é presidir a República do Brasil

### **Recorte 2: Discursos em relação**

**Bloco 1:** Discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao *O Príncipe*

**Bloco 2:** Discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao Ato Institucional 5 (AI-5)

**Bloco 3:** Primeiro discurso de posse de Bolsonaro em relação ao discurso de posse de Dilma Rousseff

**Bloco 4:** Primeiro discurso de posse (direcionado aos congressistas) em relação ao segundo discurso de posse (direcionado ao povo brasileiro)

### **Recorte 3: Identidade enunciativa de Bolsonaro**

**Bloco 1:** Posicionamento conservador

**Bloco 2:** Posicionamento militar

**Bloco 3:** Posicionamento religioso

No capítulo a seguir, apresentamos a análise dos dois discursos de posse de Bolsonaro, pronunciados em 1º de janeiro de 2019.

#### 4. O FUNCIONAMENTO DO PROCESSO DISCURSIVO DE BOLSONARO EM SEUS DOIS DISCURSOS DE POSSE (1º/1/2019)

Esta pesquisa elege como campo discursivo de referência o campo político e, a partir deste, foi delimitado como espaço discursivo os dois discursos de posse de Bolsonaro da presidência da República Federativa do Brasil, em 1º de janeiro de 2019. Assim, este capítulo ocupa-se de estudar o funcionamento discursivo desses dois discursos de posse. Para tanto, a análise obedeceu às três etapas de análise previstas no dispositivo analítico da AD de matriz francesa. Desta forma, na primeira etapa transformamos o material linguístico em objeto discursivo, conforme os três recortes abaixo. Na segunda etapa, transformamos o objeto discursivo em formação discursiva. Na terceira etapa, transformamos o processo discurso em formação ideológica.

Na sequência, apresentamos a análise dos três recortes discursivos e suas respectivas subdivisões.

##### 4.1: Análise do primeiro discurso de Bolsonaro

O primeiro recorte analisado foi o intitulado Formações Imaginárias. O recorte 2 chamamos de Discursos em relação e o recorte 3, de Identidade enunciativa de Bolsonaro.

##### Recorte 1: Formações Imaginárias

Neste recorte, dedicamo-nos, inicialmente, a analisar as formações imaginárias de Bolsonaro, tanto sobre a imagem de si mesmo quanto do outro ou de determinado aspecto levantado no discurso que se manifestam na superfície textual. Procedemos a análise iniciando pelo recorte da superfície linguística, a saber:

##### Bloco 1: Imagem de Bolsonaro sobre si mesmo:

Abaixo, estão alguns recortes de situações discursivas com escolhas linguísticas do locutor que nos permite reconstruir suas concepções sobre si mesmo.

SD1: Senhoras e senhores, **com humildade**, volto a esta Casa [Congresso Nacional], onde, por 28 anos, **me empenhei em servir** à nação brasileira, **travei grandes embates e acumulei experiências**, que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Na SD 1, o locutor atribui a si mesmo uma série de predicativos e ações verbais que fazem parte de um paradigma que compõe uma imagem honrosa e digna de admiração, na posição de deputado, na qual atuou por 28 anos: humilde; servidor da nação brasileira; militante político e experiente na área. Esses predicativos são manifestados pelas seguintes marcas formais: *com humildade, travei grandes embates, acumulei experiências*, as quais engrandecem e enriquecem a imagem do enunciador que ele tem a intenção de fortalecer perante seus interlocutores e leitores/ouvintes de seu discurso (o povo brasileiro). Todos eles de abrangência genérica e o ouvinte de seu discurso não sabe quais embates foram travados e quais experiências Bolsonaro acumulou.

Por outro lado, no nível da inconsciência, Bolsonaro tem uma imagem de si negativa no que diz respeito à sua capacidade de gerenciar o país, a ponto de evocar as Forças Armadas.

**SD2: Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão de defesa da soberania**, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar **nossa soberania**.

Na SD2 muitos sentidos disputam-se entre si. De um lado, tem-se uma projeção da imagem de si negativa de Bolsonaro, reconhecendo-se incapaz de governar sem a proteção das Forças Armadas do Brasil, integradas pelo Exército, pela Aeronáutica e pela Marinha. Ao mesmo tempo que isso sugere a necessidade de protegê-lo pelo possível descontentamento do povo em relação ao seu governo, pois precisa evocar as Forças Armadas para sua segurança, sugere, proporcionalmente, a imagem que Bolsonaro tem do tamanho do poder e da força do inimigo (governos Lula-Dilma). Tanto que, para combater essa força inimiga, foi necessário chamar as Forças Armadas, garantindo-lhes condições favoráveis para sua atuação no cumprimento de sua missão de defender a soberania do território nacional e, por extensão, a sua soberania, enquanto presidente do Brasil, acima da do país, já que não menciona a responsabilidade destas em assegurar os interesses e os recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros; proteger os cidadãos e os bens do **País**. Mas ele menciona que as Forças Armadas têm de *resguardar a nossa soberania*. (grifo nosso). É a marca *nossa soberania* que sustenta a interpretação do primado dos interesses da pessoa do presidente da República em detrimento dos interesses de toda uma nação.

Retomando todos os atributos autoatribuídos, o enunciador conquistou o mais alto posto político de um país: a presidência, sendo, portanto, o chefe de Estado.

**SD3: Volto a esta Casa não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil.**

Na SD3, há o uso da conjunção adversativa *mas*. Essa conjunção sozinha é usada para marcar relação de oposição entre duas orações. Entretanto, é possível seu uso para relacionar orações de ideias em adição, isto é, ela pode estabelecer uma relação de adicionar ideias ou marcar oposição entre elas. Seu uso na construção do tipo *não mais como ... mas como* estabelece uma relação mais complexa do que a de contraste. Embora no início da formulação a relação pareça ser de negação na oração A, na B, a relação é de adição, possivelmente para somar as duas funções políticas do locutor (a de deputado e a de presidente). Assim, duas relações semânticas se estabelecem nessa expressão, nesse contexto linguístico e histórico: a de contraste em relação ao cargo (não mais como deputado *mas* como presidente da República do Brasil) e de adição (voltar à mesma Casa, *mas como* presidente da República). Assim, a posição de deputado é negada e a de presidente da República é reforçada. Nesse jogo semântico, há uma tentativa de apagamento de um trabalho (não) realizado, nos 28 anos, pelo mesmo locutor, que hoje é presidente da República.

Na outra hipótese de sentido, sendo o *mas* uma conjunção adversativa, promove a ideia de que o quê fora realizado pelo sujeito na posição de deputado encontra-se em oposição em relação ao mesmo sujeito, agora, na posição de presidente do país. Dessa forma, um sentido possível de se produzir é que, com um ou outro valor sintático-semântico, isto é, sendo conjunção aditiva ou adversativa, a construção de sua imagem no discurso mostra-se contraditória e insubstancial.

## **Bloco 2: Imagem de Bolsonaro sobre os governos anteriores (2003-2018):**

Ao colocarmos a SD1 em relação a outras SD, a predicação desenvolvida na SD1 autoatribuída não se sustenta. O que nos permite esse gesto de interpretação é a imagem de Bolsonaro dos governos que lhe antecederam: Lula (2003-2011); Dilma (2012-2016) e Temer (2017-2018).

SD4: Aproveito este momento solene e **convoco**, cada um dos Congressistas, para me ajudarem na **missão** de restaurar e de reerguer nossa Pátria, **libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica**.

SD5: Temos, diante de **nós**, uma oportunidade única de reconstruir **nosso** país e resgatar a esperança de **nostros** compatriotas.

SD6: **Estou certo de que** enfrentaremos enormes desafios, **mas se** mantivermos a **sabedoria** de ouvir a voz do povo, **alcançaremos êxito em nossos objetivos**, e pelo exemplo e trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nessa tarefa gloriosa.

SD7: A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer **a ruptura com práticas que se mostraram nefastas para todos nós**, maculando a **classe política** e atrasando o progresso.

SD8: A irresponsabilidade **nos** conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

As SD 4, 5, 6, 7 e 8 referem-se à atuação dos governos de Lula e Dilma, respectivamente, que imediatamente lhe antecederam. Essas SD foram formuladas com tom pejorativo, com desdém, responsabilizando-os pela *maior crise ética, moral e econômica de nossa história* (SD8). Na relação entre a formulação da SD1 e as outras (SD de 4 a 8) instaura-se uma contradição entre o locutor ter sido um bom governante nos seus 28 anos como deputado, conforme a imagem de si, e o quê a materialidade de seu primeiro discurso de posse revela a imagem de Bolsonaro sobre os governos anteriores (2003-2018). Essa contradição apresenta dicotomia entre a forma com a qual o enunciador diz ter atuado como governante durante esses 28 anos e o quê ele mesmo se refere como sendo o governo anterior, uma vez que o próprio afirma ser de uma *irresponsabilidade* que *nos conduziu à crise*. A partir desse confronto enunciativo de Bolsonaro formulamos duas possíveis hipóteses de interpretação: ou ele se coloca como corresponsável pela *crise* e se contradiz ou ele se abstém de ter participado de tais ações, o quê, nesse caso, também depõe contra ele. Afinal, é constitucional que todo político, em exercício de sua função, tenha o papel de representar os interesses do povo.

Outro ponto que elucida a contradição apontada acima é o uso dos pronomes nós/nos. Ao usá-los, o locutor faz uma divisão política na formulação, pressupondo uma distância entre *nós* e *eles*, que não aparece explicitamente no fio do discurso, mas, historicamente, na memória discursiva. A partir desse gesto de leitura, questionamos: Quem são *eles*? Quem são esse *nós*? A *eles* o locutor refere-se como sendo os responsáveis *pelo jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica* (SD4), aqueles que tiveram *práticas que se mostraram nefastas* (SD7) e aqueles que agiram com *irresponsabilidade* (SD8), isto é, os políticos dos governos anteriores. Embora ele fizesse parte desses governos anteriores como congressista, em sua formulação, Bolsonaro enuncia apagando seu envolvimento político nos anos de 2003 a 2018, prévios a sua posse como presidente do país, aos quais ele se refere com tantos predicativos negativos. Ao utilizar os pronomes de primeira pessoa de plural, *nós/nos*, percebe-se que a referência é em relação ao cargo de presidente do Brasil, uma sugestiva de que seu papel político apenas tenha se iniciado a partir de sua eleição no ano de 2019. Suas referências a seu tempo de deputado são

inconsistentes, ao formular determinadas construções como *travei grandes embates* ou *acumulei experiências*, que são de grande vaguidão, sustenta a interpretação de que não haja nada de muito significativo que mereça ser especificado por ele, embora suas palavras digam o contrário.

Na SD4, o locutor convoca *cada um dos Congressistas*, no ato do seu primeiro discurso, para ajudá-lo com seu plano de governabilidade. Ele próprio era um congressista antes de se tornar presidente; não há menção de nenhum ato em prol do povo que ele citou que teria realizado enquanto homem do congresso, ou seja, ele atribui essa responsabilidade àqueles que ocupam a mesma função que ele ocupava e que não cumpriu, sugerindo um caráter um tanto insólito da figura do congressista, o que gera um tom de dúvida de sua real capacidade em lidar com questões políticas. Estamos diante do fenômeno do silêncio constitutivo, do qual dissertou Orlandi (2009): dizer algo para evitar dizer uma outra coisa. Há uma fragmentação ao se compor a imagem do locutor na posição-sujeito deputado e enquanto posição-sujeito presidente. Há um abismo no relato de seu percurso político: no lugar de construir esse percurso em sua formulação discursiva, o locutor ataca os governos anteriores, e também o(s) sujeito(s)-governante(s), dizendo uma coisa para silenciar uma outra.

### **Bloco 3: Imagem de Bolsonaro sobre a população brasileira**

O locutor refere-se à população brasileira utilizando algumas designações:

O povo brasileiro

Os brasileiros

Nossos compatriotas

A voz do povo

O povo

Os inimigos da pátria

Milhões de brasileiros

Cada um dos brasileiros que tomaram as ruas

Daqueles brasileiros

Cidadão de bem

Essas designações permitem demarcar dois blocos antagônicos: aqueles que apoiam o novo governo e aqueles que não apoiam, segundo a visão de Bolsonaro, em seu primeiro discurso de posse. Vejamos alguns trechos onde se encontram tais referências: na SD5, verifica-se a forma *compatriotas*, seguida do pronome possessivo *nosso*. Na SD6, temos *a voz do povo* inserido na construção *a sabedoria da voz do povo*, funcionando como um complemento do nome *sabedoria*. Dessa forma, pode-se inferir que o povo é sábio. Mas, vejam, não é *todo* o povo, mas sim aqueles que o elegeram, que demonstram apoio ao seu governo – esses estão em oposição àqueles que são *inimigos da pátria*, mas que, do ponto de vista legal, também são brasileiros, apesar de não serem assim considerados no discurso. Abaixo, são apresentadas outras sequências discursivas com designações diferentes para a referência *povo brasileiro*:

SD9: “Por isso, quando os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas [...]”

SD10: “Nada aconteceria sem o esforço e engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia.”

SD11: Nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que: querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política, que sonham com a liberdade de ir e vir sem serem vitimados pelo crime, que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos, e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde e educação, infraestrutura e saneamento básico [...]

Na SD9, marca-se a visão maniqueísta e, portanto, polarizada que o locutor tem dos brasileiros e, por conseguinte, instaura aí uma luta de classes entre o povo brasileiro. De um lado, têm-se *os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade*; do outro, estão *os milhões de brasileiros que foram às ruas [...]* (referência aos atos de repúdio e manifestações que aconteceram por apoiadores após o atentado sofrido pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro, durante campanha eleitoral nas ruas). Essa polarização permite o seguinte gesto de interpretação: ao classificar uma parte dos brasileiros como *inimigos da pátria* excluem-se estes do adjetivo pátrio *brasileiro*; em contrapartida, estão os *milhões de brasileiros que foram às ruas* para defendê-lo. Na concepção de Bolsonaro, estes sim são os verdadeiros brasileiros. A eles, juntam-se outras categorias de brasileiros introduzidas pelas relativas restritivas, conforme designadas na SD11, introduzidas pela pronome relativo *que*.

A SD11 é constituída por um período longo, em relação às demais, entrecortado de orações relativas que, por sua vez, cindem os dois tipos de brasileiros: *os inimigos da pátria*,

*da ordem e da liberdade e os que vão às ruas defender Bolsonaro, que querem boas escolas capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho; os que sonham com a liberdade de ir e vir; os que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos, e sustentar com dignidade suas famílias; os que exigem saúde e educação, infraestrutura e saneamento básico.* Todas essas orações introduzidas pelo relativo **que** exercem a função sintática de restringir o sentido, isto é, têm a função de delimitar o universo de brasileiros. Não é qualquer pessoa que pode ser chamada de brasileiro; apenas aquelas em que funcionam o modificador restritivo **que**.

Assim, os brasileiros que são amigos da pátria, da ordem e da liberdade são novamente referenciados, como se pode ver na SD11, a partir da qual forma-se a imagem que o locutor tem do que ele considera como parte do *seu* povo: aquele que quer escola tecnicista, voltada a atender o mercado de trabalho, que quer não ser mais vítima da criminalidade, que quer uma sociedade baseada na meritocracia. Aqueles que não têm essa predicação *não* são vistos como quem o governante considera *povo brasileiro*.

O conteúdo das SD de 9 a 11 em relação à SD 12, abaixo, estabelece uma relação antagônica, a saber:

SD12: Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão”

A proposta de cisão dos brasileiros em bons e maus, observada na materialidade linguística do processo discursivo em análise, contradiz a formulação da SD12. Essa contradição se apresenta sob duas formas: interna e externa em relação ao próprio discurso; o próprio locutor, apesar do enunciado da SD12, divide os brasileiros entre apoiadores e não apoiadores de seu governo, retirando um direito irrevogável daquele que nasce e vive no Brasil: a designação de ser brasileiro (incoerência interna). A incoerência externa está na manifestação do locutor em construir uma *sociedade sem [...] divisão*, esta, por sua vez, gera um efeito de sentido da produção de consenso na administração política. No entanto, segundo Orlandi (2009), em AD, o consenso significa apagamento das diferenças e não existe uma sociedade homogênea.

#### **Bloco 4: Imagem de Bolsonaro sobre o que é presidir a República Federativa do Brasil**

Observemos, abaixo, as SD a partir das quais podemos reconstituir os pressupostos do enunciador em relação ao que ele entende por governar a República do Brasil:

SD13: Hoje aqui estou, emocionado e profundamente agradecido, a Deus pela minha vida e aos brasileiros, por confiarem a mim a **honrosa missão de governar o Brasil** [...]

SD14 (retomada da SD4):

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na **missão de restaurar e reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.**

SD15 (retomada da SD6):

Estou certo de que enfrentaremos enormes **desafios**, mas, se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo alcançaremos **êxito** em nossos objetivos e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta **tarefa gloriosa**.

SD16: Vamos **unir** o povo, **valorizar** a família, **respeitar** as religiões e nossa **tradição** judaico-cristã, **combater a ideologia de gênero, conservando** nossos valores. O Brasil **voltará a ser** um país livre de amarras ideológicas.

SD17: Pretendo **partilhar o poder**, de forma progressista, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do Poder Central para Estados e Municípios. Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de **colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.**

SD18: (retomada da SD11)

Daqui em diante **nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros** que querem boas escolas, capazes de preparar seu filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais de nossa constituição.

SD19: (retomada da SD2)

Nossas Forças Armadas terão condições necessárias para **cumprir sua missão** constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para **resguardar** nossa soberania e **proteger** nossas fronteiras.

SD20: Realizaremos **reformas** estruturantes

SD21: Uma de minhas prioridades é **proteger e revigorar a democracia**, trabalhando arduamente para **que ela deixe de ser apenas uma promessa** formal e distante [...]

SD22: **Missão de representar** o povo brasileiro

SD23: **Trabalharei incansavelmente para que o Brasil encontre com seu destino** e se torne a grande nação que todos queremos.

Das SD acima, construímos as seguintes paráfrases discursivas sobre ser presidente de uma nação. Assim, ser presidente é:

P1: Ter a honrosa **missão** de governar o Brasil;

P2: Ter a missão de **restaurar** e **reerguer** a pátria;

P3: Enfrentar enormes **desafios**;

P4: Seguir *essa* **tarefa gloriosa**;

P5: Unir o povo, valorizar a família e respeitar as religiões e nossa tradição judaico cristã, combater a ideologia de gênero e conservar nossos valores;

P6: Partilhar o poder e colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos;

P7: Pautar-se pela vontade soberana *daqueles* brasileiros (os que o apoiaram);

P8: Fornecer condições necessárias para que as “Nossas Forças Armadas” cumpram *suas* missões;

P9: Realizar reformas;

P10: Proteger e revigorar a democracia;

P11: Missão de representar o povo brasileiro;

P12: Trabalhar incansavelmente para que o Brasil se encontre com seu destino.

Das doze paráfrases formuladas, apenas quatro relacionam-se diretamente à função de administrar um país (a P1, P2, a P10 e a P11). Cinco (P3, P4, P6, P7 e P9) são extremamente genéricas, sem possibilidade de inferir seu conteúdo específico na materialidade significativa. A P6 e P7 são um pouco mais complexas em relação a esse conjunto. No que diz respeito à P6, sobre a visão que Bolsonaro tem de que é necessário partilhar o poder para administrar, o que nos dá indícios de efeitos de sentido de uma prática política da descentralização. Porém, não se sabe ao certo, o quê isso significa, o quê nos revela. Na genericidade tem-se o fenômeno do silenciamento discursivo e nos põe em estado de alerta para a falta de especificidade o discurso que, por motivos tendenciosos, podem não ter sido evocadas.

Já a P7, além do efeito de genericidade, apresenta ainda outro efeito de sentido sobre o quê Bolsonaro entende acerca do governo de uma nação, que é o de que seu governo pautará pela vontade de apenas parte dos brasileiros, somente daqueles que o apoiaram. Essa paráfrase, montada a partir de uma das formulações de Bolsonaro, nega a mais importante missão do presidente de uma nação, que é representar seu povo, independentemente de sua posição política partidária.

Na SD23, o locutor afirma que o Brasil deve encontrar seu *destino*, o que nos permite interpretar que, independentemente de sua atuação como presidente, o Brasil vai ter o *destino* que lhe foi determinado antecipadamente. Essa concepção de governar o país corresponder com a de levar o país ao seu destino produz o efeito de sentido de que tal formulação seja interpretada como um governo que, independentemente de quaisquer políticas de ação, o resultado será o mesmo. Nessa perspectiva, podemos formular as seguintes perguntas: qual é,

então, a função de um governante em um país, uma vez que o seu *destino* será cumprido *per si*? De que importariam, então, planos de governo da nação se não se poderá intervir no curso dos acontecimentos, visto que esta ficaria relegada ao mero *destino*? Outros efeitos de sentidos produzidos é a possibilidade de o governante ter mínima ou nenhuma importância/necessidade na administração de um país, e que não é preciso ter qualificação profissional nem política para se governar um país, pois o seu *destino já está traçado*.

Considerando as SD do bloco 4 e as paráfrases destas elaboradas, observamos que a imagem acerca do que é governar/presidir a República Federativa do Brasil que Bolsonaro tem está associada a formas linguísticas que pertencem a outro lugar, que não o da presidência da República, quais sejam: *missão, tarefas, desafios* etc. Trata-se da região do conhecimento da formação discursiva militar, discutida no bloco 2, do recorte 3, deste trabalho.

Esse paradigma de formas de língua indica a tendência de governabilidade do país que pretende assumir. Essa tendência é reforçada com as regularidades de invocações às Forças Armadas do Brasil, com as quais ele firma seu apoio a essas instituições nacionais, assumindo a posição de provedor dos suplementos que o Exército precisar para *resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras*. O tratamento assimétrico a esses três níveis de governo na gestão administrativa com primado para a Segurança é uma pista de qual ele pretende valorizar, o que se confirma nesses seis primeiros meses de governo. Se assim o continuar, como ficarão os outros dois: Educação e Saúde? Esses dois níveis estão silenciados e, ao silenciar, apagam-se os sentidos que se quer evitar. Por que não mencionar a Educação? Por que não mencionar a Saúde? Quais são os sentidos que se quer evitar silenciando esses dois níveis de governo?

Conforme Orlandi (2007, p. 78):

o silenciamento desempenha um papel fundamental na constituição dos sujeitos e dos sentidos, pois se há um apagamento necessário para a constituição do sujeito – e isso constitui sua incompletude –, há também um desejo, ou, antes, uma injunção à completude (vocação totalizante do sujeito) que, em sua relação com o apagamento, **desempenha um papel fundamental da constituição do sujeito**. (grifo nosso)

O silêncio, ao mesmo tempo em que apaga os sentidos e o sujeito, também o constitui, isto é, ao passo que o silêncio o apaga, também significa. Esse procedimento leva à seguinte reflexão: qual sujeito se constitui a partir desse silenciamento? Qual o perfil de governo e de

governante teremos quando se tem um presidente com tais concepções sobre o que é governar? Seu primeiro discurso de posse nos antecipa os efeitos de sentidos sobre a pretensão do caráter militar que potencialmente dará corpo aos seus anos de mandato.

Outro subconjunto de paráfrase é formado por apenas uma: a P10. Nesta o que nos chamou mais a atenção foi o lapso da língua manifestado nas declarações advindas das contradições de suas formulações. Na SD21, da qual foi elaborada a P10, o enunciador afirma que vai *proteger e revigorar a democracia* para que ela *deixe de ser apenas uma promessa*. Tal formulação não se sustenta, se considerarmos a natureza semântica dos vocábulos. Se a democracia é algo passível de *deixar de ser apenas uma promessa* infere-se que, na concepção do locutor, esta não existe, o que gera inconsistência semântica. Se a democracia está no nível da promessa, ainda não se tornou real. Assim, algo que ainda não existe não pode ser protegido nem mesmo revigorado. Essa inabilidade demonstrada na ordem do discurso revela uma inabilidade igualmente no que diz respeito à clareza quanto a seus próprios objetivos enquanto presidente do país.

Há, segundo Chauí (2016), duas óticas sobre as quais se discute o conceito de democracia. Uma dessas concepções dá-se a partir de uma abordagem liberal, na qual a democracia é entendida como um regime político, em que a lei e a ordem podem garantir as liberdades individuais e cuja perspectiva reduz a ideia de liberdade à competição econômica e política. (CHAUÍ, 2016, p. 4). Entretanto, tal definição não abarca o que surge das práticas e ideias democráticas e, nesse sentido, ainda segundo a autora (2016), é que a democracia precisa ser vista sob uma perspectiva mais abrangente. Nessa segunda abordagem do conceito de democracia, a sociedade é entendida como internamente dividida; tais divisões são legitimadas e as partes devem expressar-se livremente. Nessa livre expressão, escancaram-se as desigualdades, surgem os conflitos (também legitimados), que representam o ponto de partida na busca e na defesa da liberdade e da igualdade e na conquista de direitos civis.

Pelas formulações de Bolsonaro, percebe-se que ele emprega o termo *democracia* na perspectiva liberal. Essa interpretação está ancorada em diversos momentos no próprio discurso de posse do presidente.

SD24: (retomada da SD16): **Vamos unir o povo**, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, **combater a ideologia de gênero**, conservando nossos valores. **O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.**

SD25: Reafirmo meu compromisso de **construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.**

SD26: Nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem **boas escolas capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política.**

SD27: Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do **livre mercado** e da **eficiência**.

SD28: Precisamos criar um ciclo virtuoso [...] para permitir abrir novos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia **sem o viés ideológico.**

Nas SD 24 e 26, veem-se declarações sobre *unir o povo, combater a ideologia de gênero* e livrar o país das *amarras ideológicas* e pautar-se pela vontade dos brasileiros que querem *escolas que preparem seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política*. Essas construções compartilham dos sentidos da primeira concepção de democracia, conforme Chauí (2016), e vão ao sentido contrário a que prevê a democracia na sua segunda definição, que reconhece as diferenças e valida os conflitos sociais. Nas duas últimas SD, o locutor faz menção ao *livre mercado* e a sua *eficácia sem o viés ideológico*, ideias centrais da democracia sob a concepção do liberalismo. Portanto, há uma inconsistência ao tratar do termo *democracia* e, sem os devidos esclarecimentos conceituais, o discurso mostra-se contraditório. Ademais, sob esse viés, valorizam-se os interesses do liberalismo e o principal constituinte de uma sociedade democrática (a soberania do povo) é ofuscado.

## **Recorte 2: Discursos em relação**

Esse recorte é constituído por quatro blocos:

**Bloco 1:** Discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao *O Príncipe*

**Bloco 2:** Discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao Ato Institucional 5

**Bloco 3:** Primeiro discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao discurso de posse de Dilma Rousseff (1º/1/2015)

**Bloco 4:** Primeiro discurso de posse (direcionado aos congressistas) em relação ao segundo discurso de posse (direcionado ao povo brasileiro)

### **Bloco 1: Discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao *O Príncipe***

A formulação *O Pavilhão Nacional nos remete à “ORDEM E AO PROGRESSO”* (grifo do enunciador) tem o lema **Ordem e Progresso** como interdiscurso. Esse lema relaciona-se a

uma instauração que concentra os ideais do Apostolado Positivista de manutenção da ordem e alcance do progresso, um apelo para fazer emergir traços identitários e, portanto, comuns a todos os brasileiros para que, dessa maneira, o país possa ser conduzido ao progresso. (ORLANDI, 2002)

Atravessando essa formulação linguística com a história e, assim, conduzir a uma análise de cunho ideológico, buscamos em nossa memória discursiva alguns fatos históricos. O lema de nossa bandeira povoa o imaginário dos brasileiros desde a instauração do regime republicano. Segundo Orlandi (2002), essas ideias serviram de sustentação para épocas de governo totalitário no nosso país, cuja moral positivista passa a ser a chave para a interpretação dessa máxima; um ideal moralista inscrito no símbolo da nação torna-se universalizado. A autora afirma ainda que se trata de uma máxima difusa em seus limites, forte em seus princípios, significando “o reconhecimento de uma organização preexistente, imanente, natural e assim inegável” (2002, p. 265) – está posto o seu estatuto científico.

Em nome da *ordem*, Bolsonaro ganhou muitos eleitores tendo se posicionado a favor da política do armamento. Nos seus dois discursos de posse, o enunciador reafirmou sua posição:

SD29: O cidadão de bem **merece** dispor de meios para **se defender**, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo **direito à legítima defesa**.

Na formulação da SD29, Bolsonaro antecipa uma de suas medidas governamentais que é armar *o cidadão de bem*, o que, sustentado na posição-sujeito presidente, o faz em 7 de maio de 2019, por meio do Decreto nº. 9.785, tendo em vista o disposto da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003. Novamente, buscando em nossa memória discursiva, para uma contextualização, lembremos de que, ao longo da história, o governo federal realizou diversas campanhas de desarmamento da população – a última foi no ano de 2011 – tendo recolhido e destruído milhares de armas que estavam em posse de civis em troca de indenização a esses proprietários. Nesta SD, Bolsonaro faz menção ao plebiscito, ocorrido no ano de 2005, no qual a população votou e decidiu pela não proibição do porte de armas. Nos seus discursos de posse, Bolsonaro reafirma sua defesa à prática de a população se armar. Esse incentivo apoia-se no discurso do medo e da violência que ele alimenta. Durante sua campanha, e mesmo depois de eleito, o presidente fez diversas declarações sobre a importância, segundo ele, de a *população de bem* ser armada.

Cruzando essas formulações com a literatura e a história, tracemos um paralelo com a obra *O príncipe*, de Maquiavel, escrita no ano de 1505 e publicada no ano de 1515. Nessa

obra, Maquiavel faz análises de governos de seu tempo e de tempos anteriores a ele, pontuando as causas de sucessos e insucessos dos governantes que ele menciona. Tal obra foi alvo de discordância entre os intelectuais: parte da crítica literária a classifica como obra da literatura italiana, na qual o autor trata de uma leitura da realidade; e parte da crítica acredita que *O príncipe* mais se assemelha a uma obra não-literária, mais próxima de um “manual do governante”. Em um dos capítulos, o autor afirma:

Jamais existiu um príncipe novo que desarmasse os seus súditos, mas, antes, sempre que os encontrou desarmados, armou-os; isto porque, armando-os, **essas armas passam a ser tuas**, tornam fiéis aqueles que te são suspeitos, os que eram fiéis assim se conservam e de súditos tornam-se teus partidários. E, porque não se pode armar todos os súditos, beneficiados aqueles que armas, com os outros podes tratar mais seguramente. (Maquiavel, 1515, p. 122-123. Grifo nosso.).

Do excerto acima, observamos que, segundo o autor, o ato de um governante armar o povo é promover, de certa forma, uma extensão da força armada de seu governo. Tomando por nossa atual realidade, é assim que Bolsonaro dissemina seu discurso de violência e consegue representantes de suas ideias nas microesferas da sociedade – nos ambientes da família, do trabalho, nas mídias sociais etc. – para justificar seu projeto de armamento.

## **Bloco 2: Discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao Ato Institucional 5 (AI-5)**

Outras relações a outros governos são possíveis de serem estabelecidas com o primeiro discurso de posse de Bolsonaro:

SD30: Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de **restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.**

SD31:(retomada da SD16 e 24): Vamos unir o povo, valorizar a família, **respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.**

As SD 30 e 31 são formuladas sustentadas por dizeres outros independentemente. Em um gesto interpretativo sobre os discursos de posse de Bolsonaro, outra relação com a história de governo que podemos fazer (desta vez com história do próprio governo brasileiro), é dos

discursos de posse de Bolsonaro com os dizeres do AI-5. Esse ato, publicado em 13 de dezembro de 1968, é o ato institucional mais conhecido dentre os que foram promulgados na época do governo ditatorial da década de 60. Esse fato se dá pelo reconhecimento que se tem de que esse documento é o mais expressivo das medidas revolucionárias do governo totalitário no qual se tornou o nosso país naquela época. Esse documento traz no topo da página a seguinte formulação: *O presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e [...]*. Abaixo dessa formulação, têm-se seis parágrafos que se iniciam com a anáfora **CONSIDERANDO** (em caixa alta) e uma série de argumentos que o documento antecipa, justificando as medidas que o ato propõe logo a seguir. Na sequência, está a transcrição do primeiro parágrafo com as ressalvas que o texto faz:

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam assegurar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político que **assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção**, buscando, deste modo, ‘os meios indispensáveis à obra de **reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria**’ (Preambulo do Ato Institucional nº 5, de 9 de abril de 1964). (BRASIL, 1968. *grifo nosso.*)

Os argumentos mencionados no AI-5, por meio dos quais o governo, nos anos 60, justificou suas atitudes de caráter autoritário, são os mesmos que o atual presidente usou em seus discursos de posse como pano de fundo para propor medidas drásticas que ele afirma serem necessárias para o *Brasil voltar a crescer*. Essa relação reforça os demais indícios de uma postura conservadora, autoritária e com tendência à violência que Bolsonaro manifesta. Suas formulações levam-nos a uma direção que se parece, e muito, com os caminhos trilhados pelo governo brasileiro quando este tomou forma de ditadura.

### **Bloco 3: Primeiro discurso de posse direcionado aos congressistas em relação ao discurso de posse de Dilma Rousseff (1º/1/2015)**

Os discursos de posse de Bolsonaro apresentam, em sua materialidade significativa, inferências a governos brasileiros de anos anteriores, em especial os de Lula e Dilma.

Adiante, veremos a relação entre um e outro discurso de posse, isto é, o de Bolsonaro (nosso objeto central de análise neste trabalho) e o de Dilma (o de seu segundo mandato - 2015). Nas formulações SD 32 e 33, o enunciador, quando se refere à economia e ao crescimento do mercado, dirige-se aos grandes empresários, sugerindo o gesto de apoiar esse tipo de empresariado e não outros – pequenos e microempresários.

SD32: Nesse processo de recuperação do crescimento, o **setor agropecuário** seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente.

SD33: Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir **novos mercados para o comércio internacional**, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia sem o viés ideológico.

As referências realizadas nas construções acima são aos empresários do setor agropecuário, que são os pecuaristas, donos de terra e de gado (os grandes empresários). Na SD seguinte, o enunciador afirma que irá *abrir novos mercados ao comércio internacional* – novamente o foco é nos grandes empresários, visto que apenas esses têm, de fato, condições de competir com as empresas multinacionais.

Em contraponto a esse posicionamento, apresenta-se o discurso de posse de Dilma Rousseff (em 2015), no qual as construções discursivas revelam a posição do enunciador muito divergente da de Bolsonaro. A então presidente, eleita pela segunda vez, faz algumas formulações nas quais ela menciona a importância do pequeno e microempresário e reafirma seu compromisso para com essa classe de profissionais. A seguir, a SD que exemplifica o que fora enunciado:

SD34: Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. [...] **Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce.** Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas.

O pequeno e o microempresário são os que mais precisam de apoio do governo, visto que suas limitações financeiras são muito maiores do que as do megaempresário. Ademais, as formulações do atual presidente, somadas a facilitação de investimentos ao mercado internacional e o apoio ao agropecuarista, relegam à margem os pequenos e microempresários, sem os quais serão, então, aniquilados. A provável aniquilação impactaria, fortemente, na vida econômica da população menos abastada: diminuição de empregos, enfraquecimento da economia local, maiores impactos ambientais e outras consequências.

Inúmeras pesquisas apontam a importância das empresas menores na economia de um país. O empreendedorismo do pequeno e microempresário é o maior gerador de empregos em nosso país nas últimas décadas. Em 2015, pesquisas apontavam que pequenas e microempresas eram responsáveis por 84% da geração de empregos, enquanto as médias e grandes empresas ocupavam 16%. (SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, 2015). Uma pesquisa mais recente, realizada pelo Sebrae (2019), a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), apontou que, no mês de janeiro de 2019, a geração de empregos das pequenas e microempresas totalizou 60,7 mil empregos formais, enquanto as médias e grandes empresas registraram, no mesmo período, a extinção de 25,7 mil vagas. Esses dados reforçam ainda mais a importância de políticas de apoio a esse setor da economia para que um país continue crescendo.

Daremos **prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando** e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades. [...].

Ao bradarmos "**BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA**" estamos dizendo que a **educação será a prioridade das prioridades**. [...].

**Só a educação liberta um povo** e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa **universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação**. Significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a **todos os brasileiros a educação de qualidade**. (ROUSSEFF, 2015, grifos nossos).

Colocando o primeiro discurso de posse de Bolsonaro em relação ao discurso de posse do segundo mandato de Dilma (2015-2016), novos sentidos são produzidos quanto à falta de investimento que Bolsonaro indicia fazer na área da Educação. Bolsonaro não apresentou plano de governo para a educação em nível nacional quando em campanha política; nos seus discursos de posse, o tema educação ficou, novamente, ofuscado. No discurso de posse de Dilma, a educação ganhou lugar de destaque, suas formulações revelavam uma série de metas para alavancá-la, conforme excerto do referido discurso de posse supracitado.

Tal excerto ilustra o lugar de ênfase dado à Educação – como *prioridade das prioridades*. A importância da educação para o nível de desenvolvimento de um país está diretamente ligado ao nível de desenvolvimento humano e vice-versa, o qual é medido, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), por três fatores: expectativa de vida (saúde), anos de estudo e taxa de alfabetização (educação) e renda nacional bruta (economia). As taxas de segurança não são levadas em conta nesse cálculo, o que, interpretemos, como

esta estar intimamente relacionada à educação, ao passo que, conforme inúmeros estudos acadêmicos apontam, a criminalidade em uma determinada região tende a diminuir drasticamente quando esta recebe projetos e iniciativas voltadas à educação e arte <sup>2</sup>.

Os lemas dos dois governos: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA (Dilma) e BRASIL ACIMA DE TUDO! DEUS ACIMA DE TODOS! (Bolsonaro) são pré-construídos que reafirmam seus diferentes perfis de governabilidade – um que tem como prioridade a educação e outro que apaga a área da educação e coloca em seu lugar a Pátria *acima de tudo* e a religião *acima de todos*. A *Pátria* não é substituta da educação pela razão de ser democrática, mas, por meios democráticos, é usada para implementar projetos pessoais, como o que fez com a facilitação do porte de armas para população.

#### **Bloco 4: Primeiro discurso de posse (direcionado aos congressistas) em relação ao segundo discurso de posse (direcionado ao povo brasileiro)**

**Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais de nossa Constituição.** (primeiro discurso de posse)

**Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.** (segundo discurso de posse)

Colocando as duas formulações acima em relação, vemos que, no primeiro discurso, Bolsonaro propõe-se a governar o Brasil a apenas para uma parcela de seu povo: para aquelas pessoas que comungam de sua forma de ver e entender o mundo, tanto na concepção de escolas, de trabalho, quanto na de liberdade, de família e de outros direitos. Mas essa parcela amplia-se para a totalidade *dos brasileiros* quando o discurso de posse é direcionado ao povo brasileiro.

Vendo a formulação do segundo discurso em um outro ângulo, retransmitida abaixo com outro destaque, e colocando-a em relação às suas condições de produção, produzimos outros sentidos:

**Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.** (2º discurso de posse)

---

<sup>2</sup> A pesquisa de Doutorado da economista Kalinka Léia, pela USP, constatou que a cada 1% de investimento na educação há a diminuição de 0,1% do índice de criminalidade (2013).

Se colocarmos essa formulação do segundo discurso de posse (direcionado ao povo brasileiro) em relação ao primeiro discurso de posse (direcionado aos congressistas) há uma diferença na escala de ordem de prioridades na representação do povo brasileiro como missão de governar o país. Pela representação imaginária de Bolsonaro sobre a missão que ele se atribui, analisada no recorte 1, bloco 4, vimos que numa escala de 3 missões, a de representar o povo brasileiro apareceu em terceiro lugar, e na última frase do primeiro discurso. Portanto, no primeiro discurso, os interesses do povo aparecem em último lugar; e, no segundo, em primeiro lugar. Bolsonaro altera a ordem de prioridades quando altera seus interlocutores.

Quanto a para quem governar, fizemos o seguinte recorte do primeiro discurso:

Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas, **se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos**, e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta tarefa gloriosa. (primeiro discurso de posse)

Ao colocá-lo em relação com um recorte do segundo discurso,

Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, **se trabalharmos juntos**, essa mudança será possível. [...] Temos uma grande nação para reconstruir e **isso faremos juntos**. (2º discurso de posse)

concluimos que a parceria que Bolsonaro propõe ao povo brasileiro é para governar em favor de seus próprios interesses. Essa interpretação está sustentada nas condições de produção do primeiro discurso, na interpretação do pronome dêitico *nós* que, nesse discurso é integrado pelo próprio enunciador (Bolsonaro), pelos congressistas e pelas Forças Armadas. O povo brasileiro é pessoa enunciativa, e não enunciativa; ocupa, portanto o estatuto de terceira pessoa sobre quem se fala. Assim a união com o povo *para reconstruir* o Brasil será feita em favor do alcance de êxito de *nossos objetivos*. Nossos de quem? Do enunciador, dos congressistas e das Forças Armadas, instituição pela qual se sente interpelado.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressista, responsável e consciente, **de Brasília para o Brasil, do Poder Central para Estados e Municípios**. (primeiro discurso de posse)

Vamos propor e implementar as reformas necessárias. **Vamos** ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, **tirar a desconfiança e o peso do Governo Ø sobre quem trabalha e quem produz**. (segundo discurso de posse)

Colocando essas formulações em relação a expressão ***de Brasília para o Brasil, do Poder Central para Estados e Municípios***, do primeiro discurso de posse, liga-se às reformas

que Bolsonaro acha serem necessárias apresentadas por meio de uma sintaxe incompleta no segundo discurso: *Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz*. Sobre este trecho cabe ainda uma análise: o efeito equívoco. Por meio de um falso paralelismo sintático, pois o verbo *tirar* está relacionado à *desconfiança* e a *peso*, assim como ambos (*desconfiança* e *peso*) relacionam-se ao modificador restritivo *do Governo*, há uma falha manifestada na língua: *vamos [...] tirar a desconfiança e o peso do Governo* (e vamos colocá-los) *sobre quem trabalha e quem produz*. E é exatamente o que está acontecendo com a reforma da previdência alongando mais o tempo para aposentadoria do povo brasileiro, enquanto que muitos dos congressistas e o próprio presidente Bolsonaro já se aposentaram na faixa dos 30 a 40 anos.

Há também falha no primeiro discurso:

**Temos diante de nós uma oportunidade única de reconstruir nosso país** e resgatar a esperança de nossos compatriotas. (primeiro discurso de posse)

A expressão *uma oportunidade única* produz o efeito de sentido de que Bolsonaro não acredita numa reeleição presidencial talvez pela sua forma de governar não ser aceita pelo povo que o elegeu por constituir seu imaginário.

### **Recorte 3: Identidade enunciativa de Bolsonaro**

Esse recorte é constituído por três blocos:

**Bloco 1:** Posicionamento conservador

**Bloco2:** Posicionamento militar

**Bloco 3:** Posicionamento religioso

#### **Bloco 1: Posicionamento conservador**

As formações imaginárias analisadas no recorte 1, deste trabalho, revelaram concepções daquele que fala em relação a si próprio; aos governos anteriores que o antecederam (2003-2018); ao povo brasileiro; e ao que seria governar um país. Nessas SD, há marcas linguísticas caracterizadoras de determinados discursos que merecem ser analisadas e que, ao trabalhar na

rede de sentidos, indiciam um posicionamento conservador de Bolsonaro. Iniciamos mencionando a frase de efeito usada pelo presidente nos discursos aqui em análise (e a qual ocorre na grande maioria das suas manifestações públicas): “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos”. Essa máxima foi repetida por duas vezes no seu primeiro discurso de posse: na SD17 e para encerrar suas formulações de posse:

SD35: BRASIL ACIMA DE TUDO!  
DEUS ACIMA DE TODOS!

Na SD35, no texto original, encontra-se em letra caixa-alta. Não se sabe se essa forma foi usada como recurso de destaque, ou como efeito de gritar com o interlocutor, como usualmente se concebe o emprego de letras maiúsculas em comunicação. Nessas formulações, usadas como frase de efeito, observamos as marcas *tudo* e *todos*, que transportam conceitos muito gerais e não nos permite, nesse contexto, compreender *quem* ou *o quê* seria *tudo* ou *todos*. Ademais, adota uma postura um tanto quanto conservadora ao se dispor a defender a nação brasileira e Deus a qualquer custo. Tal posicionamento não condiz com uma postura democrática, que ele diz assumir, na qual deve imperar o diálogo e a tomada de medidas razoáveis na resolução de problemas. No entanto, frases de efeito sugerem posturas extremistas, e já se constituem marcas discursivas de Bolsonaro, que fala muito mais da posição-sujeito militar do que da posição-sujeito presidente de um país. Bolsonaro inscreve-se ora na formação discursiva militar ora na formação discursiva religiosa e, às vezes, na formação discursiva política. Por essa inscrição, nosso gesto interpretativo é o de que esse conservadorismo advém de sua formação militar.

A utilização de uma máxima como marca discursiva por um indivíduo produz um efeito de sentido de que seu conteúdo é imemorial e atemporal, visto que, conforme Gresillon (1984), a máxima descola o dito do tempo. Dessa forma, o enunciador não aparece e a máxima aproxima-se do estatuto de ciência, pois, assim como o dizer científico, a máxima não é passível de julgamento de ser verdadeira ou falsa. É dada como certa. Essas mesmas considerações valem para o lema da bandeira brasileira *Ordem e Progresso*, lembrada no discurso, aqui, em análise:

SD36: O Pavilhão Nacional nos remete à ‘ORDEM E AO PROGRESSO.

Assim, confere-se força a essas máximas, sobretudo naquela que é marca discursiva do presidente, fazendo com que ela povoe o imaginário dos brasileiros e ganhe estatuto de independência, assim como aquela inscrita na bandeira.

Outro fato que sustenta nossa análise sobre a postura conservadora de Bolsonaro é a sua predileção por formas linguísticas da formação discursiva militar, conforme análise no recorte 1 (*missão, tarefa, desafio, combater*). A inscrição nessa formação discursiva ecoa um saudosismo por parte de Bolsonaro aos tempos de governo militar. Esse gesto de interpretação é amparado nas observações que podem ser feitas a partir de construções sintáticas como as marcadas na análise do referido recorte. Nessas formulações, o presidente afirma que irá dar total apoio às Forças Armadas, investindo grandemente no nível de governo da Segurança. Tal posicionamento corrobora sua postura conservadora ancorada na punição (violência) e não na educação.

Orlandi (2002), em uma de suas práticas de análise do discurso, abordou a simbologia de elementos no Brasil, produziu interessantes sentidos sobre o lema de nossa bandeira. Um deles, que cabe perfeitamente em nossa análise, diz respeito ao fato de que a formulação “Ordem e Progresso” sintetiza uma “estranha mistura de moral – religião – ciência e política – apagando o jurídico e o político de seus lugares mais próprios” (ORLANDI, 2002, p. 295). Para a autora, é isso que tem sustentado os discursos sobre e do poder no Brasil desde a época da implementação do sistema republicano.

Outras situações discursivas corroboram esse sentido produzido. Ao formular que pretende “*combater* a ideologia de gênero, conservando *nossos* valores” (ver SD17), nos faz pensar: Quais seriam esses valores? Valores de quem? Retornando à análise do recorte 1, um dos efeitos de sentido produzido foi que Bolsonaro posiciona-se ao lado apenas daqueles brasileiros que o apoiam e declara que pretende conservar apenas *seus* valores. O quê acontece, então, com os valores daqueles brasileiros que pensam diferente? Vão ser soterrados? A todo momento instaura-se uma postura de combate e não de tolerância, muito menos de respeito às diferenças.

Ainda em relação à postura conservadora do enunciador, apontemos mais um aspecto da SD16 (retomada na SD24 e SD31): a libertação do Brasil das *amarras ideológicas*. Para tanto, reproduzimos apenas o último período dessa SD:

O Brasil **voltará a ser um país livre de amarras ideológicas**

A formulação reproduzida acima é construída declarativamente por uma oração de predicado nominal, construída por uma locução verbal do modo indicativo no tempo futuro (*voltará a ser*), cujo sujeito é *O Brasil* e o predicativo do sujeito é *um país livre de amarras ideológicas*. Nessa formulação há um enunciador sustentando que o Brasil já foi, em tempo passado, *um país livre de amarras ideológicas*; e há outro enunciador que se lhe opõe ao afirmar que *o Brasil voltará a ser livre de amarras ideológicas*. Dessa forma, o pressuposto não é assumido, não é objetivo reconhecido da enunciação, mas apenas uma crença representada no discurso. Ademais, a formulação acima configura-se um *non-sens* ou lapso ao pressupor que é possível existir um país (ou uma sociedade) sem ideologia e que há uma única forma de ideologia – à qual o sujeito enunciador tem atitude de reprovação. Eis aí o fenômeno do apagamento, por meio do qual o sujeito que fala não percebe que é também interpelado por uma ideologia e é a partir dela que constitui seus dizeres, que atribui e reconstrói sentidos e, ainda, que é a partir dela que ele próprio se constitui. Aqui manifesta-se o discurso conservador, avesso às mudanças, contrariado por uma possível transformação social e política que tenha ocorrido e feito com que o país tenha deixado de ser livre.

## Bloco 2: Posicionamento militar

O posicionamento militar já ficou marcado em todas as SD do bloco 4 (*Imagem de Bolsonaro sobre o que é presidir a República Federativa do Brasil*), portanto conjunto de SD, as SD 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 22 cabem aqui nesse bloco também. Para não repeti-las, dessas SD, fizemos um recorte das marcas linguísticas de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos militares.

SD13: a honrosa missão de governar o Brasil [...]

SD14 (retomada da SD3): Convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer nossa Pátria,

SD15 (retomada da SD5): Estou certo de que enfrentaremos enormes **desafios**, [...] levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta **tarefa gloriosa**.

SD16: Vamos [...] **valorizar** a família, [...] combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas.

SD18 (retomada da SD11): [...] nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros [...] que desejam conquistar, pelo mérito [...]

SD19 (retomada da SD2): Nossas Forças Armadas terão condições necessárias para **cumprir sua missão** constitucional de defesa da soberania, do território nacional [...] para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

SD22: **Missão de representar** o povo brasileiro

As marcas *missão, desafios, tarefas, combater, pelo mérito* integram um paradigma de outra região do conhecimento: o da esfera militar, em cujo campo, pela memória discursiva, mobilizamos o acontecimento de que Bolsonaro atuou na área do paraquedismo do Exército Brasileiro. O fato de a formação discursiva militar invadir o intradiscurso de Bolsonaro aponta para a sua identificação com essa formação discursiva, portanto, o enunciador inscreve-se na posição-sujeito de militar. Se sua posição de sujeito não é a de presidente da República, Bolsonaro configura um caráter militar a uma ação de cunho político (presidir o país). Um efeito de sentido possível disputado a partir dessa posição-sujeito é o de que o enunciador usará o modelo de administração militar para governar o Brasil, a qual está assentada segundo o esteio de uma organização militar, quais sejam: hierarquia e disciplina.

Esses dois princípios militares (hierarquia e disciplina) condensam outros valores do discurso militar que foram encontrados nas formulações de Bolsonaro, como **patriotismo** ([...] *missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria*); **civismo** (*O Pavilhão nacional nos remete à “ORDEM E AO PROGRESSO”*) e **profissionalismo** (*daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho*).

Essa análise levou-nos necessariamente a nos relacionarmos com a memória discursiva. Nós reconhecemos os já-ditos pelo novo texto (primeiro discurso de Bolsonaro) e, por meio desse interdiscurso, (des)construímos sentidos. Na leitura desse material significativo mobilizamos vários elementos da memória discursiva, entre eles o mote usado pelo ditador português, entre 1932 e 1968, António Salazar, *Deus, Pátria e Família*, tripé defendido pelo enunciador em sua campanha e que passou a ser a máxima de seu governo. A identificação de Bolsonaro com o mote desse ditador português confirma sua inscrição a uma formação discursiva militar de orientação para uma ditadura militar. Outros motes usados em campanha também foram mobilizados do interdiscurso para relacionar a formação discursiva de Bolsonaro às formações ideológicas de instituições organizadas à base de princípios militares, quais sejam: *Pela honra, moral e ética; Honestidade não é virtude, é obrigação!; Eu apoio político honesto. E vc?*. Ainda amparada pela memória discursiva, a análise mobilizou informações acerca da defesa de Bolsonaro sobre o fim do estatuto do desarmamento e da redução da maioria penal, dentre outras.

Na SD37 também há outras marcas formais características do discurso militar, como **pátria, ordem e movimento cívico**.

SD37: quando os **inimigos da pátria, da ordem e da liberdade** tentaram pôr fim à minha vida, **milhões de brasileiros foram às ruas**. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe *até aqui*.

Além das características formais que refletem o discurso militar, a SD37 traz outras marcas que demandam análise. A forma linguística *até*, posposta a uma enumeração de acontecimentos, ordena a rara força argumentativa do enunciador neste primeiro discurso de posse. O operador argumentativo *até* introduz o dêitico *aqui*, um dos complementos de *nos trouxe*, marca a relação entre argumentos e conclusões. O número de fenômenos em que a noção de escala *até* se revela envolvida é amplo, e mostra em que é preciso reservar à escalaridade argumentativa um lugar de relevo na descrição da língua. O *até* é usado nessa formulação para o locutor persuadir seus ouvintes como apoio mais forte a sua classe de enumeração de acontecimentos que se organizam segundo uma hierarquia, como um efeito de conclusão resultado da união dos *cidadãos de bem* pela sua defesa. Assim, o papel específico de *até* nessa SD é apontar que o resto da formulação verbaliza um argumento que, numa hierarquia admitida pelo locutor e em relação à conclusão visada, tem posição elevada: chegar à escala máxima dos cargos políticos, que é a presidência da República.

Ao *até* somamos o dêitico *aqui*, que mostra a construção da relação interlocutiva, nesse lugar, nesse momento de interlocução do primeiro discurso de posse, já que o momento de interlocução está no *aqui*. É interessante que o enunciador não está mencionando qual é o lugar que ocorre a enunciação. O *aqui* está trazendo as relações ao que seriam as projeções imaginárias *in loco*. Isso produz um efeito de sentido de esse *aqui* representa um lugar abstrato, universalizante que deve aplicar a todo e qualquer lugar e entra como efeito de sustentação para seus dizeres.

Em sentidos produzidos e explicitados alhures, neste trabalho, marcamos a disputa de duas classes de sujeitos. Por um lado, têm-se *os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade* e, por outro, *os cidadãos de bem*. O enunciador dessa formulação responsabiliza a primeira classe pelo ato de tentar contra sua vida, na ocasião da campanha eleitoral, para quem esse ato motivou a segunda classe a agir em sua defesa, indo às ruas, cujo movimento foi por ele interpretado como mais do que um envolvimento em uma campanha eleitoral, mas como um *movimento cívico*. Segundo esse gesto interpretativo, os *cidadãos de bem* exerceram um ato cívico, indo às ruas em nome de seu sentimento à magnificência da pátria e de seu amor e despojamento a esta. Desse efeito de sentido desponta, em nós, analistas desse discurso, outro gesto de interpretação. Como os *cidadãos de bem* foram às ruas para defender Bolsonaro, usando as cores verde e amarelo, as quais, não por acaso, são as marcas da campanha eleitoral de Bolsonaro, e também as duas cores mais representativas e

utilizadas para simbolizar a pátria brasileira, por contiguidade, ele passou a ser o representante da pátria, já em processo de campanha, portanto, mesmo sem ter sido eleito. Esse ato de *ir às ruas* é modificado por um movimento ascendente que, num primeiro momento, era *espontâneo*, depois, passou a ser *forte*, em seguida, *indestrutível* a tal ponto de ter o levado *até o aqui*, à presidência da república. Por esse movimento escalar o então candidato Bolsonaro (con)funde-se com a pátria e os dois (candidato e pátria) fundem-se numa mesma pessoa: Bolsonaro presidente da República Federativa do Brasil. Em nosso gesto de interpretação, no seu imaginário, Bolsonaro é a própria pátria.

### Bloco 3: Posicionamento religioso

SD38: Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã [...]

Explicitamente, Bolsonaro inscreve-se na formação discursiva religiosa judaico-cristã. Outras formulações estão associadas à manifestação conservadora conforme análise de várias SD ao longo deste trabalho. De acordo com a Constituição Brasileira, o Brasil é um país laico, isto é, um país que, obrigatoriamente, deve se mostrar indiferente às questões religiosas na esfera política. Desse modo, toda e qualquer religião deve ser aceita e nenhum cidadão deve impor nenhuma cultura religiosa a outro. De acordo com Bastos (1996, p. 178), estudioso da área do Direito:

A liberdade de organização religiosa tem uma dimensão muito importante no seu relacionamento com o Estado. Três modelos são possíveis: fusão, união e separação. O Brasil enquadra-se inequivocadamente neste último desde o advento da República, com a edição do Decreto 119-A, de 17 de janeiro de 1890, que instaurou a separação entre a Igreja e o Estado.

Dito isso, torna-se inconstitucional qualquer tentativa de associar o governo a alguma tradição religiosa, tal qual o faz Bolsonaro ao incitar a população a *respeitar as religiões e a nossa tradição judaico-cristã*. O enunciador dessa formulação adere à segunda filiação religiosa. Não cabe uma declaração dessa natureza, uma vez que, em o Brasil sendo laico, não se pode atribuir nenhuma *tradição* religiosa a seu povo, o que, mais uma vez, depõe contra a Constituição. Ademais, outras associações são feitas à religião, como a própria formulação pré-concebida “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, que é repetida incansavelmente por Bolsonaro, desde sua campanha política, e que está presente nos seus discursos de posse, também invoca símbolo religioso.

SD39: “Brasil acima de tudo! **Deus acima de todos!**”

A formulação acima é uma máxima do governo de Bolsonaro, que muito se ouviu desde que ele iniciou sua campanha eleitoral, a qual carrega consigo o discurso religioso, ao formular “Deus acima de todos”. Dessa forma, ele se legitima e demanda ser legitimado em suas ações sob a justificativa de que elas seriam feitas *em nome de Deus*. Entretanto, apesar de pontos destoantes, essas máximas se complementam se vistas da perspectiva de que o *governo tem que ser forte*. Tais frases de efeito têm uma função muito peculiar que demarcam mais uma característica que elas têm em comum: a função de inflamar os ânimos do brasileiro. Atitude esta que pode se tornar perigosa, pois apelar para a emoção e não para a razão é um caminho curto para o fanatismo. Fanatismo e atitudes extremistas podem levar-nos a um outro caminho: governos totalitários. Considerando isso, somado à postura militar, demonstrada pelo presidente, pode encaminhar-se à formação de governos longe de serem democráticos.

Bolsonaro sente-se o representante de Deus, assume para si a desigualdade, colocando-se como imortalidade (mito) X mortalidade (povo). Essa assimetria se instalou e, dessa relação assimétrica nasceu a necessidade de salvação do país de uma gestão destrutiva (referindo-se aos governos anteriores).

Orlandi (2009, p. 242-243) caracteriza o discurso religioso “como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus”. Bolsonaro se coloca na posição-sujeito representante de Deus e na posição-sujeito representante do povo. A autora, ao estudar o discurso religioso e político e os seus modos de representação, afirma que “a voz de Deus se fala no padre” e “a voz do povo se fala no político”. Bolsonaro apaga a forma pela qual, enquanto representante de Deus, se apropria da voz de Deus. Isso caracteriza a mistificação. Há a subsunção de uma voz pela outra. É o “como se” desses discursos.

O discurso religioso tem uma performatividade de linguagem que está intimamente ligada a uma visão de linguagem como ação, que demarca a relação de dissimetria entre o sujeito-Deus e o sujeito-homem. Na posição de Deus, o sujeito é aquele que institui, interpela, ordena, regula, salva, condena; na posição de homem, o sujeito é aquele que responde, pede, agradece, desculpa-se (ORLANDI, 2009). As sistematicidades sintáticas com uso de formas verbais no infinitivo com valor de imperativo, um traço das regularidades do primeiro discurso de posse de Bolsonaro, conforme análise no próximo item, constituem condições materiais linguísticas de base para marcar a inscrição de Bolsonaro na posição de

representante de Deus – aquele que dá ordem. Nessa perspectiva, Bolsonaro fala do lugar de representante de Deus (vontade do poder absoluto), transmite Suas palavras, representa Deus legitimamente. Assim, segundo Orlandi (2009, p. 253), “ter poder divino é ultrapassar tudo e não ter limite nenhum, é ser completo”. Daí, segundo a autora, deriva a ilusão como condição necessária desse tipo de discurso: como se fosse sem nunca ser.

## 4.2. O funcionamento discursivo de Bolsonaro no primeiro e no segundo discursos de posse

Nesta seção, primeiramente, relacionamos as marcas da língua do primeiro discurso de posse com as propriedades dos discursos militar e religioso. Determinar a forma dessa relação entre marcas e propriedades é estabelecer o funcionamento discursivo. Num segundo momento, analisamos as marcas linguísticas do segundo discurso de posse.

### 4.2.1. *Marcas linguísticas do primeiro discurso de posse e propriedades do discurso militar e religioso*

O primeiro discurso de Bolsonaro é marcado pelas formas simbólicas da negação, adversativa e infinitivo. Esta última, no discurso, significa semelhantemente à forma do imperativo. Tais formas simbólicas (negação, adversativa, imperativo, infinitivo e nominalização) na discursividade de Bolsonaro mostram o dever de uma gestão federal que se encaminha para uma linha mais severa. A série de sequências discursivas a seguir, ao lado da exterioridade da língua, o seu interdiscurso, sustenta esse gesto interpretativo.

#### *a) Sequências com vocativo:*

SD40: **Senhoras e senhores**, com humildade volto a esta Casa [...]. (início, 1º parágrafo)

SD41: **Senhoras e Senhores Congressistas**, (antepenúltimo parágrafo)

SD42: Muito obrigado a **todos vocês**. (último parágrafo)

Como se vê nas SD anteriores, há, no primeiro discurso de posse, três construções sintáticas com o uso do vocativo. Nelas, temos, como interlocutores *Senhoras e senhores*,

*Senhoras e senhores congressistas e todos vocês.* Essa variação de vocativos para os mesmos interlocutores (congressistas), por aparecerem nessa mesma ordem, sugerem uma hipotética conquista de intimidade do locutor em relação aos seus interlocutores. Em um contato inicial, pelo primeiro vocativo, está demarcado um menor grau de intimidade entre as partes, visto que *senhoras e senhores* é culturalmente utilizado como saudação inicial em eventos formais, sem que aquele que fala e aquele(s) com quem se fala tenham interação íntima.

No segundo chamamento, há o acréscimo da função social daqueles interlocutores, forçando um coleguismo entre locutor e interlocutores, uma vez que já esteve naquele lugar como deputado. No terceiro, há uma mudança no padrão de tratamento apresentado nos dois vocativos usados primeiramente. Neste último, como agradecimento final, Bolsonaro utiliza uma forma coloquial (*todos vocês*), estabelecendo uma relação mais íntima com seus interlocutores. Dessa forma, há, por um movimento ascendente, o estabelecimento de uma maior proximidade interrelacional entre Bolsonaro e os congressistas, isto é, entre o presidente e aqueles que aprovam as leis.

*b) Sequências discursivas com formas do imperativo:*

SD43: **convoco** cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria.

SD44: Hoje começamos um trabalho árduo **para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história.**

SD45: [...] trabalharei incansavelmente **para que o Brasil se encontre com seu destino e se torne a grande nação** que todos queremos.

As marcas formais desse conjunto de SD produzem o efeito de sentido de uma inércia do presidente da República do Brasil nas ações políticas para administrar o país. Na SD43 ele solicita imperativamente para os congressistas prestarem o serviço de ajudá-lo na sua missão de governar o Brasil. Nas SD 44 e 45 a falta de atividade de Bolsonaro como sujeito-presidente da nação brasileira é materializada no efeito de antropomorfização do Brasil que, de per si, inicia *um novo capítulo de sua história e se encontre com seu destino* para se tornar *a grande nação*. Com esses efeitos (colocar as Forças Armadas para governar o país e personificar o Brasil para que sozinho se governe), Bolsonaro, na posição-sujeito de presidente da República do Brasil não precisa executar nenhuma ação governamental para que o país seja transformado social e politicamente, adotando a filosofia que se autocumpre.

A definitivização que marca o sintagma nominal *grande nação*, sem antes ter usado da indefinitivização para introduzir o referente textual, gera o efeito de evidência da nação emancipada como desejo de todos os que nela se inserem. Ao lado desse efeito de sentido outros também disputam lugar como aquele de que o artigo definido **a** está determinando uma

nação modelo, como os Estados Unidos da América, para que o Brasil chegue ao estatuto desse país. Esse sentido é produzido por um efeito de equívoco, ou lapso materializado na língua.

*c) Sequências discursivas com formas do infinitivo:*

SD46: Temos diante de nós uma oportunidade única de **reconstruir** nosso país e **resgatar** a esperança de nossos compatriotas.

SD47: [...] levaremos as futuras gerações **a nos seguir** nesta tarefa gloriosa.

SD48: **Vamos unir** o povo, **valorizar** a família, **respeitar** as religiões e nossa tradição judaico-cristã, **combater** a ideologia de gênero.

SD49: Pretendo **partilhar** o poder.

SD50: Reafirmo meu compromisso de **construir** uma sociedade sem discriminação ou divisão.

SD51: **Vamos honrar e valorizar** aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança dos nossos familiares.

SD52: Contamos com o apoio do Congresso Nacional para **dar** respaldo jurídico aos policiais para **realizarem** seu trabalho.

SD53: Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para **cumprir** sua missão institucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democrática, mantendo suas capacidades dissuasórias para **resguardar** nossa soberania e **proteger** nossas fronteiras.

SD54: **Vamos valorizar** o Parlamento [...]

SD55: **Precisamos criar** um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para **permitir abrir** novos mercados para o comércio internacional,

SD56: Uma de minhas prioridades é **proteger e revigorar** a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira [...]

SD57: Deixo esta casa, rumo ao Palácio do Planalto, com a missão de **representar** o povo brasileiro.

SD58: **O cidadão de bem** merece dispor de meios para se defender.

As sequências discursivas de 46 a 58 são construídas à base da estrutura do infinitivo, cuja forma linguística não está relacionada com nenhum tempo ou modo verbal, por ser uma das formas nominais dos verbos. Na língua há dois tipos de infinitivo verbal: o pessoal e o impessoal. Nas SD recortadas para constituir o conjunto das SD com estrutura do infinitivo há somente uma ocorrência de infinitivo pessoal, na SD52, com a forma *realizarem*. Todos os outros empregos estão no infinitivo impessoal, que é a forma mais genérica e vaga por não

estar relacionada a nenhuma pessoa. E, por assim o ser, apresenta sentido genérico ou indefinido.

Essa construção torna-se ainda mais complexa quando acumula outra função linguística, no caso, a de ordem. Assim, o uso do infinitivo impessoal assume o valor de imperativo, o que sustenta o discurso de um governo totalitário. Essa forma de marcar a ordem é eufemística em relação ao modo imperativo, que é mais direto e explícito. Por meio da forma material do infinitivo, produz-se o efeito de sentido de dissimular um governo totalitário sob a forma de um governo democrático.

Essa construção sintática com a forma do infinitivo impessoal, por não estar conjugada e, portanto, não atribuir a ação a nenhuma pessoa do discurso, pode representar a falta de ações governamentais de Bolsonaro, no lugar social de presidente da República do Brasil, isto é, não há um sujeito para realizar tais ações.

*d) Sequências discursivas com nominalização:*

SD59: Minha campanha eleitoral atendeu aos chamados das ruas e forjou o compromisso de colocar o **Brasil acima de tudo e Deus acima de todos**.

SD60: **Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.**

SD61: **A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostraram nefastas para todos nós [...]**

SD62: A política externa retomará seu papel na defesa da soberania, na **construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil**.

A nominalização é uma forma derivada de verbo e quando estrutura um discurso introduz um dado inquestionável. As afirmações em negrito no conjunto de SD anterior são dadas como verdades já postas. Não se discute o conteúdo dessas construções em termos de veracidade. Pela nominalização, forma articulada com os processos discursivos em questão, isso é dado como verdade evidente.

*e) Sequências discursivas com voz passiva analítica:*

SD63: [...] mandato a mim confiado **pela vontade soberana do povo brasileiro**.

SD64: as regras, os contratos e as propriedades **serão respeitadas**.

SD65: Um capítulo no qual o Brasil **será visto** como um país forte, pujante, confiante e ousado.

A voz passiva é aquela que caracteriza a relação de passividade entre o sujeito e a ação verbal. Das SD anteriores, apenas a primeira tem o agente da passiva (*pela vontade soberana do povo brasileiro*), que é aquele que se subentende ser quem realizou a ação que se encontra em passividade em relação ao sujeito, reforçando o fato de que, segundo o locutor, ele ocupa a posição de presidente do país por força da *vontade soberana do povo brasileiro*. Nas outras duas, houve um apagamento desse elemento sintático, produzindo um efeito de vaguidão sobre a construção, pois nem o conteúdo nem o contexto permitem que o agente da passiva seja inferido seguramente – este fica, então, desfocado da oração porque o locutor não acredita que este mereça ser explicitado.

*f) Sequências discursivas com adjetivações:*

As adjetivações que integram o primeiro discurso de posse podem ser organizadas em dois grupos:

Adjetivações referentes ao governo de Bolsonaro:

*grandes embates; honrosa missão; grandes desafios; enorme esperança; tarefa gloriosa; Brasil forte, pujante, confiante e ousado.*

Adjetivações referentes ao governo anterior:

*Inimigos da pátria, da ordem e da liberdade; Irresponsabilidade econômica, submissão ideológica, tradicional viés político, estado ineficiente e corrupto, práticas nefastas, crise ética, moral e econômica.*

Esses dois grupos que constituem formações discursivas de paradigmas opostos entre si, pois as adjetivações associadas ao governo Bolsonaro enaltecem a ele próprio e a seu governo, operando na construção de uma imagem positiva a seu favor. Por outro lado, as adjetivações que se referem ao governo anterior a ele portam tom pejorativo e forçam uma imagem negativa da recente história política brasileira.

#### 4.2.2. Marcas linguísticas do segundo discurso de posse

As marcas linguísticas destacadas do segundo discurso de posse de Bolsonaro são marcadas por termos genéricos e pela incompletude oracional. Foram elaborados um recorte, que foi dividido e agrupado em três subgrupos.

##### **Recorte 1: Predicação incompleta**

Esse primeiro recorte do segundo discurso de posse de Bolsonaro é constituído com uma regularidade sintática marcada pela incompletude. Essa predicação não desenvolvida, em termos linguísticos, é a enunciação construída por afirmações categóricas seguidas de ponto final, sem se completar aquele sentido que está sendo ali reformulado. Consideramos importante trazer essa construção na análise porque se não se completam as casas sintáticas, onde, então, se sustenta o sentido? No interdiscurso ou na relação de transparência? Se for no interdiscurso, o sentido é produzido tendo por base as características do governo do período do regime militar, instituição que interpela o enunciador. Se for na relação de transparência, o sentido é produzido na evidência, marcada pelo esquecimento número 2.

As formas linguísticas desse recorte foram destacadas em negrito para marcar a expressão genérica e, desta, foram marcadas com grifos a expressão ou palavra que demanda complemento, isto é, predicação desenvolvida, mas que fora enunciada sem predicação. A seguir, para destacar a regularidade dessa ocorrência, apresentamos tais construções dessuperficializadas num grande conjunto e, na sequência, a análise de cada uma.

*Agrupamento das formulações que integram o recorte 1 do segundo discurso de Bolsonaro, com estruturas de predicação incompleta*

- 1) E eu estou aqui para **responder** e, mais uma vez, me **comprometer com esse desejo de mudança**. estou aqui para **renovar nossas esperanças** e lembrar que, se trabalharmos juntos, **essa mudança** será possível.
- 2) [...] a partir de hoje, vamos **colocar em prática o projeto** que a maioria do povo brasileiro **democraticamente escolheu**,
- 3) vamos **promover as transformações** de que o país precisa.
- 4) Temos **uma grande nação para reconstruir**
- 5) Graças a vocês, eu fui eleito com a **campanha mais barata da história**.
- 6) [...] formamos um time de ministros técnicos e **capazes para transformar nosso Brasil**.

- 7) Mas ainda há muitos desafios pela frente.
- 8) Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.
- 9) Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.
- 10) Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.
- 11) Com este propósito iniciamos nossa caminhada.
- 12) Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar [...]
- 13) Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros!
- 14) Vamos restabelecer a ordem neste país.
- 15) Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem.
- 16) Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Essas formulações foram generalizadas em três grupos, a saber: a) falta de termos integrantes da oração; b) falta de dados da realidade; c) falta de dados de dupla origem: linguístico e contextual.

#### **a) Falta de termos integrantes da oração: complementos nominais e verbais**

Esse primeiro conjunto formado apresenta uma regularidade da ordem da língua da falta do termo integrante que complementaria os verbos e substantivos sublinhados que não possuem sentido completo em si, como os complementos verbal e nominal. Esses complementos são denominados na organização estrutural da língua de termos integrantes da oração, portanto, não são opcionais ao falante (como os complementos acessórios, tais como adjuntos adverbiais, adjuntos adnominais), já que **integram a oração**.

1) E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança.  
estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Trazemos para análise essa formulação porque a segunda expressão grifada inicia-se com uma anáfora pronominal (*esse*) mas não aparece o referente textual para ser retomado. Quanto à noção de *mudança*, tem-se *me comprometer com esse desejo de mudança* ponto

final. Perguntamo-nos: Mudança de quê? Em que setor? Onde? Tais construções, tanto a ausência do referente textual quanto ao uso de um nome que demanda complemento sem empregar esse complemento geram um efeito de que esse referente e esse complemento ausentes na língua já estão dados no interdiscurso, gerando, assim, um efeito de verdade. O nome *mudança* sem um especificador foi reiterado pela anáfora de sintagma nominal *essa mudança* gerando o mesmo efeito de sentido apontado. O mesmo ocorre com a expressão *nossas esperanças*: esperança em que ou de quê? A sintaxe empregada pelo enunciador é vaga, como de um locutor que não se pertence ao fio do discurso justamente para não se comprometer com o dito. Nossa interpretação para tais sistematicidades sintáticas é a de que tais expressões sustentam-se no funcionamento do interdiscurso e a reconstrução desses sentidos, pelo interlocutor, fica subjugada à memória discursiva de seus ouvintes.

Abaixo, apresentamos outros dois subconjuntos formados segundo a especificidade da falta linguística ou contextual/histórica, os quais nomeamos **subconjuntos da falta de predicação**, e são apresentados, a seguir.

### 1º Subconjunto da falta de predicação

3) vamos **promover as transformações** de que o país precisa.

6) [...] formamos um time de ministros técnicos e **capazes para transformar nosso Brasil**.

12) Vamos propor e **implementar as reformas necessárias**. Vamos **ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar** [...]

As formulações 3 e 6, são construídas com o verbo *transformar* e seu deverbal *transformações* e ambos necessitam de complemento para produzir a sua significação. Na formulação 3, há uma incompletude oracional pela ausência de complemento nominal, que não demarca quais são essas *transformações*. Quais as transformações de que o país precisa? Em que setor? Na formulação 6, há a ausência de complemento verbal: transformar o Brasil de quê em quê? O verbo transformar nesse trecho funciona como verbo bitransitivo e, portanto, precisa de objetos direto e indireto. Na referida construção, há apenas o objeto direto (*o Brasil*), demarcando a ocorrência da incompletude oracional.

A formulação 12, igualmente de significação abrangente, requer complemento para as designações *reformas*, *infraestruturas*, *desburocratizar* e *simplificar*. Faltaram os complementos nominais para as duas primeiras e os verbais para as duas últimas. Não se sabe a que reformas o locutor se refere e nem a que infraestruturas, já que são termos generalizantes, cujos objetos dessa generalização não foram apresentados: quais reformas?

Quais infraestruturas? O mesmo ocorre com os verbos que foram apresentados sem os seus respectivos objetos diretos: desburocratizar o quê?; simplificar o quê?

## 2º Subconjunto da falta de predicação

7) Mas ainda há muitos desafios pela frente.

8) Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.

9) Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

14) Vamos reestabelecer a ordem neste país.

15) Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem.

As formulações 8, 9 e 14 embora sejam construídas com nomes genéricos (*valores, tradições, padrões éticos, ordem*), graças à identificação pela formação discursiva da ditadura militar, e também pelo interdiscurso completa-se o sentido de tais expressões. Quais seriam esses *nossos valores e tradições*? Essas *ideologias destroem nossas famílias* de que forma? Os *valores e tradições*, assim como os *padrões éticos* são aqueles endossados pela ditadura militar. Ainda na formulação 9 há novamente a ideia já reiterada exhaustivamente da transformação do Brasil. Há no trecho anterior, incompletude por falta de dados: quais seriam *esses padrões éticos e morais*? Falta, também, o complemento verbal de *transformação*. O verbo transformar nesse contexto apresenta-se como verbo bitransitivo, que admite objetos de tipo direto e de tipo indireto. Na construção, há apenas o objeto direto. Perguntamo-nos outra vez: Em qual Brasil os *padrões éticos e morais* transformarão?

Já a formulação 14, há incompletude oracional, de modo que delega ao interdiscurso a construção do sentido. Trata-se de uma provável referência a tempos do governo militar no Brasil, em que, segundo o locutor, o país tinha *ordem*. Esse gesto de interpretação está ancorado na análise do primeiro discurso de posse que apontou para os sentimentos de apreço, respeito e saudosismo de Bolsonaro para com o regime militar brasileiro de 1964. Assim, o interdiscurso sustenta a produção do efeito de sentido do substantivo *ordem* pretendida pelo governo da ditadura militar, com submissão total da população a esse regime.

As formulações 7 e 15, por sua vez, exploram o nome genérico *desafio* sem os especificar. Faltou, portanto, o modificador restritivo para indicar a quais desafios o

enunciador se refere. Não se sabe o que seriam esses *desafios que vamos enfrentar*, não se sabe *aonde queremos chegar* nem mesmo qual *o potencial que nosso Brasil tem*. Tais construções apresentam o fenômeno da incompletude oracional e revela, num gesto de interpretação, uma falsa transparência que o locutor acredita que há nesses sentidos. Dito de outra forma: o locutor acredita na obviedade de seus ditos e que não há, portanto, necessidade de expor mais informações do que fora exposto para garantir a interação com seus interlocutores. Nessas duas formulações, também pelo interdiscurso, produzimos o sentido de que esses desafios integram todas as ações que o presidente eleito e sua equipe terão de executar para acabar com o enfoque social do governo anterior e dar um enfoque meritocrático, individual, descentralizador caracterizando um governo totalitário, autoritário. O alvo da chegada de Bolsonaro, em 15, pode ser esse governo totalitário que pretende fazer.

Sentidos outros podem ser produzidos a partir dessas formulações e uma outra possibilidade é que o locutor utiliza essas ausências como forma de não firmar o sentido das palavras ditas por ele, de modo que cada um de seus interlocutores eleja o sentido que sua memória discursiva permitir. De todo modo, os interlocutores formarão sentidos que produzirão efeitos semelhantes: gerar efeitos de entusiasmo e engajamento aos ouvintes/leitores do seu discurso.

## **b) Falta de dados da realidade**

2) [...] a partir de hoje, vamos **colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu**,

5) Graças a vocês, **eu fui eleito com a campanha mais barata da história**.

Esse conjunto formado pelas enunciações 2 e 5 são do tipo de construção sintática em que falta a informação precisa sobre a qual se enuncia. Assim, tem-se a predicação (o comentário sobre o tema), mas não se tem o tema. No caso da formulação 2, tem-se que o *povo brasileiro democraticamente escolheu* um projeto de governo, mas não se tem a informação desse projeto; não se sabe a substância desse projeto. Quando em campanha eleitoral, o então presidenciável não apresentou projetos à população brasileira. Esse conteúdo está sendo apresentado aos poucos, pela própria ação de governar, o sucateamento da educação, por exemplo. Dessa forma, ocorre, nesse enunciado, uma incoerência externa, que é aquela que marca falta de coerência entre o dito e a realidade externa.

Já na formulação 5, tem-se igualmente o comentário (predicado) não especificado. A incompletude está na falta de dados. O enunciado perde força quando não amparado em dados que o sustente. O locutor enuncia que foi eleito *com a campanha mais barata da história*, mas não apresenta os números para comprovar a afirmação, tampouco dados sobre os custos de campanhas de outros candidatos a vice-presidência da república do Brasil para fins comparativos. Essa falta não é completada na história, no interdiscurso, mas por meio do efeito da transparência. Cabem os questionamentos: mais barata quanto? Em comparação a qual? Quais são esses valores?

### c) Falta de dados de dupla origem: língua e história

4) Temos uma grande nação para reconstruir

10) Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.

13) Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros!

16) Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Todas as formulações desse conjunto referem-se ora à re(construção) do Brasil ora ao seu *futuro melhor*, ora, ainda, ao *novo tempo para o Brasil e os brasileiros*. Na formulação 4 não especifica o quê e qual parte do país vai reconstruir ou se vai reconstruir o país todo. No caso da segunda opção, gera um efeito de superpoder dado pelo enunciador a ele próprio. Se colocarmos em relação, aqui neste ponto da interpretação, o rol das adjetivações aplicadas a sua forma de administrar, analisada no primeiro discurso de Bolsonaro (*grandes embates; honrosa missão; grandes desafios; enorme esperança; tarefa gloriosa; Brasil forte, pujante, confiante e ousado*) fica mais aceitável esse gesto de superpoder que lhe é autoatribuído.

Na formulação 10, *futuro* é algo incerto, impreciso e hipotético que foi modificado pelo adjetivo *melhor*, igualmente de significado subjetivo: O que seria *um futuro melhor*, segundo o locutor? Melhor em relação a quê? Melhor para quem? Ainda quanto a essa formulação, a que *pedágios* e *barreiras* impedem o acesso ao caminho para o futuro melhor se refere o locutor? Não é possível inferir quais seriam esses *pedágios* e *barreiras* que o locutor cita nesse trecho. Não houve nos discursos de posse de Bolsonaro menção a esses elementos. Sendo assim, não se pode saber o que eles representam.

Já a formulação 13 funciona semelhantemente à primeira parte da número 10: falta de especificações para o sintagma nominal *um novo tempo*. A que tempo novo para o Brasil se refere? E para os brasileiros, que tempo será esse? Por fim, a formulação 16 encerra toda uma série de vaguidão de língua e história, funcionamento do discurso de Bolsonaro desde sua campanha eleitoral, que joga com o imaginário e desejo do povo brasileiro de morar em um país dos sonhos, paradisíaco. No entanto, entre o sonho e a realidade há muito o quê se fazer.

As construções acima, com ausência de predicação, compõem grande parte do segundo discurso de posse de Bolsonaro. Nestas, observou-se, também, a escassez de orações subordinadas e, igualmente, de conectivos dessa mesma natureza, os quais explicitam as relações que o locutor estabelece entre os termos e as ideias. As orações que formam o segundo discurso de posse de Bolsonaro são, em sua grande maioria, justapostas, isto é, sem relação sintática entre si demarcada por meio dos conectivos. Esse fenômeno de justaposição opera juntamente com a incompletude de predicações e permite a interpretação de que essas construções são de tal forma para produzir um falso efeito de neutralidade. Dessa forma, o locutor preenche o vazio que sua posição política e ideológica deveria ocupar, com ditos não substanciais, que pouco dizem.

Essa ausência de predicação (incompletude oracional) em todos esses subagrupamentos é um efeito de um longo processo histórico de estabilização do sentido na transparência e na literalidade do sentido (da parte de Bolsonaro e sua interpelação ideológica), produzindo esquecimentos e apagamentos de outras posições (da parte do povo brasileiro).

#### **4.3. O processo discursivo e a formação ideológica: o jogo discursivo em relação ao interdiscurso e às posições-sujeito**

Para essa análise, para fugir de uma interpretação ideológica e subjetiva, construímos um dispositivo para uma análise específica, determinado pelo dispositivo teórico, o qual dependeu da nossa questão analítica, do material significativo analisado (os dois discursos de posse de Bolsonaro) e das regiões teóricas nas quais nos inscrevemos (linguística, história e psicanálise). Nessa análise, foi possível perceber o modo como funcionam discursivamente os discursos de posse de Bolsonaro e depreender quais formações ideológicas manifestam-se na língua e em que condições de produção esses efeitos de sentidos foram gerados.

Dessa maneira, o funcionamento do discurso religioso e militar articulam-se e ocupam o lugar que deveria ser ocupado pelo discurso político, o qual se encontra silenciado. O efeito ideológico que ocorre nesses discursos, construídos ora da esfera militar ora da esfera religiosa, propaga-se na voz de Bolsonaro, sujeito interpelado por tais determinações ideológicas. Esses dois discursos (religioso e militar) são autoritários na análise de Orlandi e tendem à monosssemia. Bolsonaro inscreve-se na posição sujeito-militar e da posição sujeito-religioso, ocupando esses dois lugares sociais, cuja alternância de posições não se apresenta conflituosa. Ao contrário, sustentam-se mutuamente estabelecendo uma relação de inclusão, de aliança, sob a qual ambos sustentam, por sua vez, o pretense discurso político. No imaginário de Bolsonaro, esses dois discursos funcionam como sinônimos do discurso político. Assim, cuidar das questões militares e religiosas, para Bolsonaro, é o mesmo que governar o país. É pelas relações de força (militar) e de poder (Deus) que se instalam nos discursos de posse de Bolsonaro e que se produzem historicamente.

A linha teórica da AD, sob a qual foi feita esta análise, permite considerar que o presidente eleito, quando produziu os discursos de posse, não reconheceu que seu dizer é efeito do processo sócio-histórico e efeito ideológico. É nesse lapso que se anunciam as formações discursivas e ideológicas que circundam o imaginário do locutor. No trabalho de análise, recuperamos memórias discursivas que ancoraram a voz de Bolsonaro e que antecipam os rumos aos quais ele, enquanto presidente do Brasil, pretende guiar a nação – e que já o está fazendo: cortes de verbas na Educação, prejuízos na Saúde e grande atenção ao pilar da Segurança (ou a falta dela?!). Nos seus poucos meses de governança, diversas instituições universitárias sofreram com cancelamentos de bolsas de estudo e outros recursos financeiros; a Saúde não tem recebido a devida atenção e sofre com a falta de incentivo a pesquisas que devem acontecer no meio acadêmico. Em contrapartida, os esforços do presidente atual concentraram-se em medidas como facilitação da posse de armas (em referência ao decreto aprovado recentemente).

Outras ocorrências marcam os discursos de posse de Bolsonaro, como a contradição. Essas manifestações denotam a instabilidade da inscrição do locutor quanto à sua postura política. Apesar de se dizer defensor da democracia, Bolsonaro deixa entrever, em seus discursos de posse, posições institucionais condizentes com governos autoritários e violentos.

Assim como o esquecimento, do qual disserta Orlandi (2009), a contradição igualmente denuncia a posição ideológica do locutor, e os sentidos construídos daí apontam a caminhos obscuros, semelhantes a outros já trilhados na história da política brasileira – existência de

governos totalitários, prática da censura e opressão, que resultam de relações desiguais de força entre as classes. Essa postura política pautada no radicalismo é justificada, pelo locutor, na ideologia do valor à família, à religião, aos *bons costumes*, essa associação não é nova na História – discursos semelhantes tinham o ditador português António Salazar (já citado aqui) e o tirano alemão Adolf Hitler.

Encaminhando para um efeito de conclusão da análise, os dois discursos de posse de Bolsonaro parecem textos homogêneos, mas não são, pois têm um funcionamento discursivo marcado pela genericidade, pela ordem militar, pela violência, pelo medo, pela contradição, pelo lapso, pela falta (incompletude) tanto no nível da língua quanto no nível de propostas políticas. Nestes emergem discurso homofóbico, em relação à família; discurso religioso, em relação a Deus e discurso da ditadura militar, em relação à Pátria, instaurando-se um discurso conservador em todos esses aspectos, apontando, assim, para a natureza heterogênea do discurso. Assim, o governo de Bolsonaro manterá *a ordem e o progresso* às custas do trabalho do povo, preservando a estrutura da família patriarcal e colocando Deus acima de todos para aceitar o destino e apagar as lutas. Para o enunciador, isso é o mesmo que governar em paz.

Para completar provisoriamente essa análise discursiva foram considerados os três movimentos constitutivos do processo de produção de sentidos: constituição, formulação e circulação. Na constituição, vimos que Bolsonaro se inscreve nos enunciados na memória do dizer do regime militar e da região religiosa pela filiação a posições-sujeito no interdiscurso ora de militar ora da própria Pátria, e na posição-sujeito de representante de Deus. A posição-sujeito que Bolsonaro ocupa não coincide com o lugar social de presidente da República do Brasil, mas é determinada no momento da enunciação como militar e representante de Deus. Na formulação, trabalhamos as duas materialidades significantes (os dois discursos de posse), pontuamos as marcas linguísticas dos dois discursos de posse e as relacionamos a posições-sujeitos. Constatamos que a forma sintática curta e simples, predominante é a parataxe (os enunciados são justapostos, coordenativos) em relação à hipotaxe (construções subordinativas). Não se sabe se é estilo paratático consciente, ou se é falta constitutiva do conteúdo do dizer. Já na circulação, trabalhamos as condições de circulação específicas desses dois discursos (realizados em sessão solene de posse, cada um para um destinatário diferente), no espaço institucional da Presidência da República, em 1º de janeiro de 2019, marcando um determinado momento histórico em que um deputado federal, depois de vinte e oito anos, é eleito ao cargo político máximo no Brasil, em um determinado modo de organização das relações de força numa sociedade.

O enunciador desses discursos concebe o ato de governar o país como algo tirado da atuação que o exército governava as pessoas que o serviam. Essa concepção é formada durante o tempo em que Bolsonaro atuava como militar. Tanto que volta a fazer uso dos *Aparelhos Ideológicos do Estado* (religião e família) e do *Aparelho Repressivo do Estado* (polícia e Forças Armadas) para obter mecanismos de controle em seu governo. Numa leitura althusseriana, o governo de Bolsonaro funciona como uma máquina de repressão por meio da qual o poder é mantido. Historicamente, são as formas simbólicas significantes *Ordem, Progresso, Deus, família, pátria, propriedade* que permitem que o efeito de sentido de ditadura militar ao governo de Bolsonaro ocorra, circule e se imponha sobre outros e produz repetição.

## EFEITO DE CONCLUSÃO

Procuramos, nesta análise, marcar o posicionamento de Bolsonaro frente a seu discurso de posse, tentando captar o processo de constituição de seu imaginário relacionando-o à história por meio da língua (materialidade do texto). Iniciamos a análise fazendo a dessuperficialização, cujo processo gerou pistas de sentidos potenciais. Com isso passamos do linguístico ao objeto discursivo e, deste, para o processo discursivo e a formação ideológica. O movimento analítico, ancorado na língua e na história, possibilitou que se respondesse à questão que norteou esta pesquisa, cujos resultados estão descritos no capítulo anterior neste documento. Esse percurso realizado no processo analítico ampliou minha percepção sobre as relações entre língua e história e entre sujeito e a ideologia. Ao final deste estudo, reafirmou-se a concepção de que somos sujeitos sociais, tomados e conduzidos pela ideologia que nos interpela – ideologia esta materializada na língua, percebida nos equívocos, nas contradições, nas marcas linguísticas, nas incompletudes.

A escolha metodológica aqui realizada, guiada pela teoria da AD de linha francesa de Michel Pêcheux, foi elementar na concepção de uma análise de cunho e rigor científicos, como pretendido desde o início, ainda na escolha temática que precedeu a escrita, para que se passasse longe de um estudo subjetivo. Considero ter se concretizado o intuito inicial (que orienta o analista do discurso) de devolver a opacidade ao discurso, por meio da sistematização e discussão dos resultados que nascem da análise. Entretanto, pela própria adequação ao gênero textual deste trabalho (Trabalho de Conclusão de Curso), escolhas precisaram ser feitas e, portanto, a análise não se encerra neste estudo.

Como fruto que sou do ensino superior público, acredito que toda pesquisa de excelência deve atender ao critério da relevância social. Nesse sentido, esta pesquisa cumpre seu papel, uma vez que ela é efeito de um processo sério de estudo e análise, que atendeu aos critérios científicos que a teoria que fundamenta este trabalho exige: uma interpretação não subjetiva. Tocou-me, ainda, a urgência em compartilhar os resultados alcançados com os leitores, um convite a olhar a atual condição política pela perspectiva que este trabalho remontou. As conclusões parciais que se pode fazer é que a democracia está em perigo. Ela custou caro ao nosso povo e deve viver. Não pode, em hipótese alguma, ser ameaçada. Resistamos!

## REFERÊNCIAS

BASTOS, C. R. **Curso de Direito Constitucional**. 17ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

BECKER, K.L. **Uma análise econômica da relação entre a educação e a violência**. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-15032013-092954/pt-br.php> >. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 14 Maio 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rouseff no Congresso**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 24 maio 2019.

CHAUÍ, M. Como lidar com os efeitos psicossociais da violência? In.: Aula magna, 2016, Universidade Federal de Santa Catarina (Auditório Garapuvu), Florianópolis. Disponível em: <<http://cotidiano.sites.ufsc.br/o-que-e-democracia-e-tema-de-aula-magna-com-marilena-chau/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2009.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Versão para e-book. Editora Ridendo Castigat Mores. 2012. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/principe.html> >. Acesso em: 10 abr. 2019.

MORENO, S. Micro e pequenas empresas geram 84% de empregos no país. **Rádio Agência Nacional**, 2015. Disponível em: <http://radioagencianacional.ebc.com.br/economia/audio/2015-02/micro-e-pequenas-empresas-geram-84-dos-empregos-do-pais>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: movimento dos sentidos, Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas: Pontes editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 4.ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PRAZERES, L. **Bolsonaro é eleito com a maior diferença percentual de votos desde 2010.**, 2018. Disponível em: <  
<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/28/bolsonaro-eleito-maior-diferenca-oito-anos.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SEBRAE. Pequenos negócios sustentam a geração de emprego no início de 2019, 2019. **Agência Sebrae de notícias.** <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-sustentam-a-geracao-de-emprego-no-inicio-de-019,25d42697f2639610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

## **ANEXOS**

## **Anexo I: primeiro discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro**

Senhoras e senhores, com humildade, volto a esta Casa [Congresso Nacional], onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados, que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido, a Deus pela minha vida e aos brasileiros, por confiarem a mim a honrosa missão de governar o Brasil, neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança.

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.

Temos diante de nós uma oportunidade única de reconstruir nosso país e resgatar a esperança de nossos compatriotas.

Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas, se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos, e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta tarefa gloriosa.

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressista, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil, do Poder Central para Estados e Municípios.

Minha campanha eleitoral atendeu aos chamados das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Por isso, quando os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui.

Nada aconteceria sem o esforço e engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia. Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais de nossa Constituição.

O Pavilhão Nacional nos remete à “ORDEM E AO PROGRESSO”.

Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.

O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa. Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança dos nossos familiares.

Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar respaldo jurídico aos policiais para realizarem seu trabalho. Eles merecem ser respeitados!

Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão institucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democrática, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o estado ineficiente e corrupto.

Vamos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.

Confiança no compromisso de que o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitadas.

Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.

Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir novos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia sem o viés ideológico.

Nesse processo de recuperação do crescimento, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente.

Da mesma forma, todo setor produtivo terá um aumento da eficiência, com menos regulamentação e burocracia.

Esses desafios só serão resolvidos mediante um verdadeiro pacto nacional entre a sociedade e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca de novos caminhos para um novo Brasil.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostraram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história.

Um capítulo no qual o Brasil será visto como um país forte, pujante, confiante e ousado.

A política externa retomará seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Deixo esta casa, rumo ao Palácio do Planalto, com a missão de representar o povo brasileiro.

Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com seu destino e se torne a grande nação que todos queremos.

Muito obrigado a todos vocês.

**BRASIL ACIMA DE TUDO!**  
**DEUS ACIMA DE TODOS!**

## **Anexo II: Segundo discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro**

Amigas e amigos de todo o Brasil, é com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil.

E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.

E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança.

Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do estado democrático de direito, guiados por nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje, vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu, vamos promover as transformações de que o país precisa. Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e um povo maravilhoso.

Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos.

Os primeiros passos já foram dados.

Graças a vocês, eu fui eleito com a campanha mais barata da história.

Graças a vocês, conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente.

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.

“E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.

O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente.

Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.

Com este propósito iniciamos nossa caminhada. E com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família.

Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

“Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.

Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo e que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade.

Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.

Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros!

Por muito tempo, o país foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste país.

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso vamos dia e noite perseguir o objetivo de tornar o nosso país um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

### **Anexo III: Ato Institucional número 5 (AI-5)**

#### **ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968.**

Vide Constituição de 1988.

Vide EMC nº 11, de 1978.

São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

### **ATO INSTITUCIONAL**

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Regulamento)

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luís Antônio da Gama e Silva*

*Augusto Hamann Rademaker Grünewald*

*Aurélio de Lyra Tavares*

*José de Magalhães Pinto*

*Antônio Delfim Netto*

*Mário David Andreazza*

*Ivo Arzua Pereira*

*Tarso Dutra*

*Jarbas G. Passarinho*

*Márcio de Souza e Mello*

*Leonel Miranda*

*José Costa Cavalcanti*

*Edmundo de Macedo Soares*

*Hélio Beltrão*

*Afonso A. Lima*

*Carlos F. de Simas*

**Anexo IV: Discurso de posse da presidência do Brasil de Dilma Rousseff (1º/1/2015)**

Senhoras e Senhores,  
Senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros,  
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,  
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,  
Senhoras e senhores Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vice-chefes de Estado e Vice-chefes de governo que me honram com suas presenças aqui hoje.  
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski,  
Senhores e senhores chefes das missões estrangeiras e embaixadores acreditados junto ao meu governo,  
Senhoras e senhores ministros de Estado,  
Senhoras e senhores governadores,  
Senhoras e senhores senadores,  
Senhoras e senhores deputados federais,  
Senhoras e senhores representantes da imprensa,  
Meus queridos brasileiros e brasileiras.

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo.

Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la.

A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor.

Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Por isso, eu repito hoje, nesta solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado. O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro.

Este ato de posse é, antes de tudo, uma cerimônia de reafirmação e ampliação de compromissos. É a inauguração de uma nova etapa neste processo histórico de mudanças sociais do Brasil.

Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Queridos brasileiros e brasileiras,  
Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza. Mas, como eu disse - e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros -, o fim da miséria é apenas um começo. Agora é a hora de prosseguir com o nosso projeto de novos objetivos. É hora de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós.

Sim, neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível. Vamos precisar, governo e sociedade, de paciência, coragem, persistência, equilíbrio e humildade para vencer os obstáculos. E venceremos esses obstáculos.

O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade. O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária.

Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha, não vou enfrentar esta luta sozinha. Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido vice-presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário. Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, trabalhando ao meu lado pelo Brasil. Sei que conto com o apoio de cada militante do meu partido, o PT, e da militância de cada partido da base aliada, representados aqui pelo mais destacado militante e maior líder popular da nossa história, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que conto com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos; e sei o quanto estou disposta a mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil.

Assim como provamos que é possível crescer e distribuir renda, vamos provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos. Vamos provar que depois de fazermos políticas sociais que surpreenderam o mundo, é possível corrigir eventuais distorções e torná-las ainda melhores.

É inadiável, também, implantarmos práticas políticas mais modernas, éticas e, por isso, mesmo mais saudáveis. É isso que torna urgente e necessária a reforma política. Uma reforma profunda que é responsabilidade constitucional desta Casa, mas que deve mobilizar toda a sociedade na busca de novos métodos e novos caminhos para nossa vida democrática. Reforma política que estimule o povo brasileiro a retomar seu gosto e sua admiração pela política.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Neste momento solene de posse é importante que eu detalhe algumas ações e atitudes concretas que vão nortear nosso segundo mandato.

As mudanças que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia. Isso, para nós todos, não é novidade. Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários.

Mesmo em meio a um ambiente internacional de extrema instabilidade e incerteza econômica, o respeito a esses fundamentos econômicos nos permitiu colher resultados positivos. Em todos os anos do meu primeiro mandato, a inflação permaneceu abaixo do teto da meta e assim vai continuar.

Na economia, temos com o que nos preocupar, mas também temos o que comemorar. O Brasil é hoje a 7ª economia do mundo, o 2º maior produtor e exportador agrícola, o 3º maior exportador de minérios, o 5º país que mais atrai investimentos estrangeiros, o 7º país em acúmulo de reservas cambiais e o 3º maior usuário de internet.

Além disso, é importante notar que a dívida líquida do setor público é hoje menor do que no início do meu mandato. As reservas internacionais estão em patamar histórico, na casa dos US\$ 370 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos atingiram, nos últimos anos, volumes recordes.

Mais importante: a taxa de desemprego está nos menores patamares já vivenciados na história de nosso país. Geramos 5 milhões e 800 mil empregos formais em um período em que o mundo submergia no desemprego. Porém queremos avançar ainda mais e precisamos fazer mais e melhor!

Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria, firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.

Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas, um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados. Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Temos consciência que a ampliação e a sustentabilidade das políticas sociais exige equidade e correção permanente de distorções e eventuais excessos. Vamos, mais uma vez derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura.

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores.

Quero, neste novo mandato, avançar ainda mais. Pretendo encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um mecanismo de transição entre as categorias do Simples e os demais regimes tributários. Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce. Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas.

Daremos prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades.

Um Brasil mais competitivo está nascendo também, a partir dos maciços investimentos em infraestrutura, energia e logística. Desde 2007, foram duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento - o PAC-1 e o PAC-2 -, que totalizaram cerca de R\$ 1 trilhão e 600 bilhões em investimentos em milhares de kms de rodovias, ferrovias; em obras nos portos, nos terminais hidroviários e nos aeroportos. Em expansão da geração e da rede de transmissão de energia. Em obras de saneamento e ligações de energia do Luz para Todos.

Com o Programa de Investimentos em Logística, demos um passo adiante, construímos parcerias com o setor privado, implementando um novo modelo de concessões que acelerou a expansão e permitiu um salto de qualidade de nossa logística. Asseguramos concessões de aeroportos e de milhares de km de rodovia e a autorização para terminais privados nos portos.

Agora, vamos lançar o 3º PAC, o 3º Programa de Aceleração do Crescimento e o segundo Programa de Investimento em Logística. Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana, combinando investimento público e, sobretudo, parcerias privadas. Vamos aprimorar os modelos de regulação do mercado, garantir que o mercado privado de crédito de longo prazo, por exemplo, se expanda. Garantir também que haja sustentação para os projetos de financiamento de grande vulto.

Reafirmo ainda meu compromisso de apoiar estados e municípios na tão desejada expansão da infraestrutura de transporte coletivo em nossas cidades. Está em andamento na realidade uma carteira de R\$ 143 bilhões em obras de mobilidade urbana por todo o Brasil.

Assinalo que, neste novo mandato, daremos especial atenção à infraestrutura que vai nos conduzir ao Brasil do futuro: a rede de internet em banda larga. Em 2014, em um esforço conjunto com este Congresso Nacional, demos ao Brasil uma das legislações mais modernas do mundo na área da internet, o Marco Civil da Internet. Reitero aqui meu compromisso de, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de internet em banda larga barato, rápido e seguro.

Quero reafirmar ainda o compromisso de continuar reduzindo os desequilíbrios regionais, impulsionando políticas transversais e projetos estruturantes, especialmente no Nordeste e na região da Amazônia. Foi decisivo mitigar o impacto desta prolongada seca no semi-árido nordestino, mas mais importante será a conclusão da nova e transformadora infraestrutura de recursos hídricos perenizando mais de 1.000 km de rios, combinada com o importante investimento social em mais de um milhão de cisternas.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!

Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA" estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano.

Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; Significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade.

Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos.

Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas garantindo para todos, o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos à pré-escola. Daremos sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no ensino médio seja efetiva porque através dela buscaremos, em parceria com os estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional.

O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento.

Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras

O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Aos beneficiários do Bolsa Família continuaremos assegurando o acesso às políticas sociais e a novas oportunidades de renda. Destaque será dado à formação profissional dos beneficiários adultos e à educação das crianças e dos jovens.

Com a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida contrataremos mais 3 milhões de novas moradias, que se somam aos 2 milhões de moradias entregues até 2014 e às 1 milhão e 750 mil moradias que estão em construção e que serão entregues neste segundo mandato.

Na saúde, reafirmo nosso compromisso de fortalecer o SUS. Sem dúvida, a marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a implantação do Mais Médicos, que levou o atendimento básico de saúde a mais de 50 milhões de brasileiros, nas áreas mais vulneráveis do nosso país. Persistiremos, ampliando as vagas em graduação e em residência médica, para que cada vez mais jovens brasileiros possam se tornar médicos e assegurar atendimento ao povo brasileiro. Neste segundo mandato, vou implantar o Mais Especialidades para garantir o acesso resolutivo e em tempo oportuno aos pacientes que necessitem de consulta com especialista, exames e os respectivos procedimentos.

Assumo, com todas as brasileiras e brasileiros, o compromisso de redobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país. Instalaremos Centros de Comando e Controle em todas as capitais, ampliando a capacidade de ação de nossas polícias e a integração dos órgãos de inteligência e das forças de segurança pública. Reforçaremos as ações e a nossa presença nas fronteiras para o combate ao tráfico de drogas e de armas com o Programa Estratégico de Fronteiras, realizado em parceria entre as Forças Armadas e as polícias federais, entre o Ministério de Defesa e o Ministério da Justiça.

Vou, sobretudo, propor ao Congresso Nacional alterar a Constituição Federal, para tratar a segurança pública como atividade comum de todos os entes federados, permitindo à União estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no país e disseminar a adoção de boas práticas na área policial.

Senhoras e senhores,

Investimos muito e em todo o país sem abdicar, um só momento, do nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade ambiental do nosso desenvolvimento. Um dado explicita este compromisso: alcançamos, nos quatro anos de meu primeiro mandato, as quatro menores taxas de desmatamento da Amazônia.

Nos últimos 4 anos, o Congresso Nacional aprovou um novo Código Florestal e implementamos o Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Vamos aprofundar a modernização de nossa legislação ambiental e, já a partir deste ano, nos engajaremos fortemente nas negociações climáticas internacionais para que nossos interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais de redução de emissões.

Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global.

Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica. Agradeço, inclusive, a presença de meus queridos colegas e governantes da América Latina aqui presentes. Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe.

Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais - China, Índia, Rússia e África do Sul —, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas e na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas.

É de grande relevância aprimorarmos nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política, científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. O mesmo é válido para nossas relações com a União Européia e com o Japão, com os quais temos laços fecundos.

Em 2016, os olhos do mundo estarão mais uma vez voltados para o Brasil, com a realização das Olimpíadas. Temos certeza que mais uma vez, como aconteceu na Copa, vamos mostrar a capacidade de organização do Brasil e, agora, numa das mais belas cidades do mundo, o nosso Rio de Janeiro.

Amigos e amigas,

Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energeticamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.

O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores.

A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

São cinco medidas: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e criar uma nova estrutura, a partir de negociação com o Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado.

Em sua essência, essas medidas têm o objetivo de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, mas jamais poderão agredir o amplo direito de defesa e o contraditório; jamais poderão significar a condenação prévia sem defesa de inocentes.

Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.

Senhoras e Senhores,

Como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve, lamentavelmente, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção.

A Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. A realidade atual só faz reforçar nossa determinação de implantar, na Petrobras, a mais eficiente e rigorosa estrutura de governança e controle que uma empresa já teve no Brasil.

A Petrobras é capaz disso e capaz de muito mais. Ela se tornou a maior empresa do mundo em capacitação técnica para a prospecção de petróleo em águas profundas. Daí resultou a maior descoberta de petróleo deste início de século – as jazidas do pré-sal -, cuja exploração, que já é realidade, vai tornar o Brasil um dos maiores produtores de petróleo do planeta.

Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. Vamos, principalmente, criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer. O saudável empenho da Justiça, de investigar e punir, deve também nos permitir reconhecer que a Petrobras é a empresa mais estratégica para o Brasil e a que mais contrata e investe no país.

Temos, assim, que saber apurar e saber punir, sem enfraquecer a Petrobras, nem diminuir a sua importância para o presente e para o futuro. Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir. Uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas

oportunidades: de estudar, trabalhar, viver em condições dignas na cidade ou no campo. Um país que respeita e preserva o meio ambiente e onde todas as pessoas podem ter os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao consumo, à dignidade, à igualdade independentemente de raça, credo, gênero ou sexualidade.

Dedicarei obstinadamente todos os meus esforços para levar o Brasil a iniciar um novo ciclo histórico de mudanças, de oportunidades e de prosperidade, alicerçado no fortalecimento de uma política econômica estável, sólida, intolerante com a inflação, e que nos leve a retomar uma fase de crescimento robusto e sustentável, com mais qualidade nos serviços públicos. Assumo aqui um compromisso com o Brasil que produz e com o Brasil que trabalha.

Reafirmo também o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro. Reafirmo minha fé na política, na política que transforma para melhor a vida do povo. Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo.

Meus amigos e minhas amigas,

Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte.

Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças mas, se me permitem, quero dizer mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar.

Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro - ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los.

Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

Esta chave pode ser resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de oração, que diz o seguinte: "O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois".

Muito Obrigada.

Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!